

**VOZ
ÚNICA**



FACISCS
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
DE SANTA CATARINA



**O QUE SC
PRECISA?**

2014

EXPEDIENTE

Presidente da Facisc
ERNESTO JOÃO RECK

Diretor Executivo
GILSON ZIMMERMANN

Coordenador de Projetos
OSMAR VICENTIN

Projeto Gráfico
TARGET COMUNICAÇÃO

Jornalista Responsável
GRAZIELLA ITAMARO (SC 01358 JP)

Revisão
CARLA KEMPINSKI

Tiragem
2.500 exemplares

Esta é uma publicação da FACISC – Federação das Associações
Empresariais de Santa Catarina e integra o Projeto Voz Única.



Rua Crispim Mira, 319 – Centro
Florianópolis - SC
CEP 88020-540
tel 48 3952.8844
www.facisc.org.br



O QUE SC PRECISA?

2014

SUMÁRIO

1. Apresentação	03
2. Editorial	04
3. Facisc	05
4. Diretoria da Facisc - Gestão 2013-2015	06
5. Panorama	07
6. Reivindicações Regionais	17
Regional Grande Florianópolis	17
Regional Sul	21
Regional Extremo Sul	25
Regional Vale do Itajaí	27
Regional Alto Vale	34
Regional Norte	38
Regional Planalto Norte	43
Regional Serra Catarinense	48
Regional Meio Oeste	49
Regional Oeste	55
Regional Extremo Oeste	60
Regional Noroeste	65

APRESENTAÇÃO

Responsável por congregar as reivindicações e necessidades de interesse da classe empresarial catarinense, a Facisc apresenta o Projeto Voz Única 2014. Este documento contém um panorama do que Santa Catarina precisa para crescer e se desenvolver sob a ótica empresarial.

Um instrumento de informação e consulta para candidatos, empresários, entidades e sociedade, esta ferramenta foi a forma encontrada pela Federação para levantar as principais e reais necessidades do Estado, reforçando e ampliando o posicionamento e as bandeiras defendidas pela Facisc.

Nosso desejo é ser o elo entre os empresários de cada cidade e os governantes eleitos, fornecendo informações aos candidatos à Presidência da República, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Governo Estadual e à Assembleia Legislativa, para que possam ter uma visão geral das necessidades do desenvolvimento econômico do Estado.

Além do projeto documentar e comunicar, também tem o intuito de dar subsídios para que as associações façam campanhas pelo voto consciente e útil. Queremos que cada uma das regiões lute para ter seus próprios candidatos as representando na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados. Após a posse, a Facisc cobrará dos candidatos eleitos, em encontros presenciais, o comprometimento que ficou registrado na cartilha.

Christiane Hufenüssler
2ª Vice-presidente da Facisc

EDITORIAL

Vivemos num país democrático e as eleições são de fundamental importância para que as mudanças que tanto desejamos comecemos a acontecer. Mas as transformações devem começar por nós. Em primeiro lugar, devemos levar o voto a sério e fazê-lo com critério e responsabilidade, pois é através deste ato que nós, cidadãos, temos nas mãos o poder de escolher aqueles que cuidarão das nossas cidades, estados e país.

O associativismo é a expressão organizada da sociedade. Por esta razão, decidimos retomar em 2014 o Projeto Voz Única da Facisc. Acreditamos que, como maior sistema empresarial catarinense, temos o dever de estimular a participação consciente de todos os que representamos. Somos mais de 33 mil empresas e unidas por uma voz podemos nos fazer ouvir com mais força e buscar as melhorias necessárias nas diversas esferas da vida social.

Além disso, a Facisc enquanto uma das signatárias do Pacto Empresarial pela Integridade Contra a Corrupção, e embaixadora estadual dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), tem o compromisso de contribuir para o processo educativo da sociedade e o exercício pleno da cidadania.

O Voz Única é um instrumento democrático que unifica a voz do empresariado em torno das mesmas questões e bandeiras com foco no desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Neste sentido, é imprescindível o envolvimento das associações empresariais na gestão das cidades e do Estado. Como agências de desenvolvimento local, conseguimos reunir reivindicações, fornecendo um panorama fiel e legítimo das necessidades de Santa Catarina.

Enfim, seja qual for a forma, temos que participar efetivamente da condução dos nossos municípios, pois é o futuro de todos nós que está em jogo. Munidos de informações temos a chance de tomar decisões mais acertadas e cobrar resultados baseados em fatos.

Ernesto João Reck
Presidente da Facisc



A Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) reúne mais de 33 mil empresas filiadas a 145 Associações Comerciais e Industriais (ACIs), em 220 municípios no Estado. É o maior sistema empresarial catarinense pela sua capilaridade e pela representação da economia catarinense na indústria, comércio, prestação de serviços, agronegócios, profissionais liberais, turismo e demais formas organizadas de desenvolvimento e fomento empresarial.

Fundada em 26 de Junho de 1971, a Facisc atua na prestação de serviços para os empresários, incluindo assessoria, consultoria, organização de treinamento, seminários e eventos. Além disso, congrega as reivindicações e necessidades de interesse da classe e se empenha em ampliar o posicionamento da Federação. A Entidade faz parte da Confederação das Associações Comerciais e Industriais do Brasil (CACB), que reúne mais de duas mil associações e cerca de 2,5 milhões de empresários.

DIRETORIA DA FACISC - GESTÃO 2013/2015

DIREÇÃO EXECUTIVA

Presidente	Ernesto João Reck	São Lourenço do Oeste
1º Vice-Presidente	André Gaidzinski	Florianópolis
2º Vice-Presidente	Christiane Hufenussler	Jaraguá do Sul
1º Diretor Financeiro	Doreni Isaias Caramori Junior	Florianópolis
2º Diretor Financeiro	Leandro Porto da Rosa	Palhoça
1º Diretor Secretário	Olvacir José Bez Fontana	Criciúma
2º Diretor Secretário	Gilson José Pedrassani	Canoinhas
V.P. Mulher Empresária	Maria Aparecida Passos	Itapema
V.P. Jovem Empresário	Liandra Nazário Nobrega	Florianópolis
V.P. Soluções Empresariais	Marcelo André Destri Noronha	Jaraguá do Sul
V.P. Setor Prestação de Serviços	Joi Luiz Daniel	Içara
V.P. Setor da Indústria	Christian Dillmann	Joinville
V.P. Setor Comércio	Maria Izabel Pinheiro Sandri	Itajaí
V.P. Setor Agronegócios	Vincenzo F. Mastrogiacomo	Chapecó
V.P. Turismo	Magda Bez	Balneário Camboriú
V.P. Integração	Alberto Stringhini	Concórdia
V.P. Assuntos Jurídicos	Jonny Zulauf	São Bento do Sul
V.P. Assuntos Tributários	Célio Armando Janczeski	São Lourenço do Oeste
V.P. Educação Empreendedora	Neiva Dreger Kieling	Florianópolis
V.P. Técnico	Ciro José Cerutti	Rio do Sul
V.P. Relações Internacionais	Milvo Zancanaro	Itá
V.P. Comércio Exterior	Ido José Steiner	Blumenau
V.P. Micro e Pequenas Empresas	Adriano Zimmermann	Guaramirim
V.P. de Soluções Financeiras	Uwe Stortz	São Bento do Sul
V.P. Patrimônio	Ricardo Harger Martins	São José
V.P. Responsabilidade Sócio Empresarial	Mário Sérgio Zilli Bacic	Rio Negrinho
V.P. Meio Ambiente	José Mário Gomes Ribeiro	Joinville
V.P. Programa Empreender	Amandio João da Silva Junior	Rio do Sul
V.P. Assuntos de Logística	Eduardo Silvério Nunes	Tubarão
V.P. Infraestrutura	Ronaldo Baumgarten Junior	Blumenau
V.P. Inovação e Tecnologia	Marcus Rocha	Florianópolis
Presidente do Conselho Superior	Alaor Francisco Tissot	Florianópolis

CONSELHO FISCAL

Titular	Marcos Antonio Cardozo de Souza	São José
Titular	John Kennedy Lara da Costa	Biguaçu
Titular	Luiz Dário Rocha	Imbituba
Suplente	Carlos Vanderley Porfirio	Dionísio Cerqueira
Suplente	Elson Otto	Palmitos
Suplente	Ulysses Gaboardi Filho	Curitibanos

VICE-PRESIDENTES REGIONAIS

Grande Florianópolis	José Carlos de Souza	Tijucas
Sul	Carlos Becker Fornasa	Braço do Norte
Extremo Sul	Karoly Agardi	Araranguá
Vale do Itajaí	Mário Fávoro	Timbó
Alto Vale	André Armin Odebrecht	Rio do Sul
Norte	Eluísia Hertel Maiochi	Guaramirim
Planalto Norte	Reinaldo Baechtold Filho	Campo Alegre
Serra Catarinense	Roberto Rogério Amaral	Lages
Oeste	Darci Fiorini	Pinhalzinho
Meio-Oeste	Auri Marcel Baú	Caçador
Noroeste	Allan Edgard Kreutz	Dionísio Cerqueira
Extremo Oeste	Afonso Nieuhes	Itapiranga

PANORAMA

A Facisc levantou uma série de ações e atitudes que precisam ser realizadas em nível federal e estadual para que Santa Catarina tenha a garantia do desenvolvimento socioeconômico nos próximos anos. As informações a seguir foram divididas por área: infraestrutura, economia, reforma fiscal, reforma política, reforma trabalhista, saúde, educação, segurança pública e outros temas de interesse geral. Este conteúdo foi levantado junto às associações empresariais em toda Santa Catarina e líderes empresariais ligados à Facisc.

O objetivo da Federação é auxiliar os governantes e parlamentares na elaboração de seus planos de governo. Com estes itens é possível avaliar as necessidades catarinenses na ótica empresarial.

INFRAESTRUTURA

1. Transporte em todos os quatro modais: rodoviário, marítimo, aéreo e ferroviário, com destaque para:
 - Melhoria, ampliação, recuperação, remodelação e manutenção da malha rodoviária nas rodovias: BR 282, BR 101, BR 153, BR 470, BR 163, BR 158, BR 280 e BR 116.
 - Construção da Ferrovia do Frango – Ligação de Dionísio Cerqueira aos portos.
 - Melhoria, ampliação e recuperação dos aeroportos de Florianópolis, Joinville, Navegantes, Chapecó e Jaguaruna.
 - Melhoria das condições e ampliação dos Portos de Itajaí, Imbituba, São Francisco do Sul, Navegantes e Itapoá.
2. Elaboração de um Programa Nacional de Desenvolvimento que vise um planejamento amplo de ações que tenham efeito em cascata, diferente de um pacote de obras isoladas.
3. Desenvolvimento de um Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano
 - Criar mecanismos para desonerar atividades essenciais para o cotidiano das cidades, como saneamento básico, transporte coletivo, entre outros, com destaques para a retirada dos encargos tributários sobre preços e insumos de equipamentos ligados ao transporte coletivo.
4. Energia
 - Reestruturação das redes de energia elétrica para reforçar a qualidade no abastecimento em todo o Estado.
 - Beneficiar a implantação de projetos de energias alternativas, criando incentivos fiscais para os investidores (energia eólica, hidrelétrica, fotovoltaica, etc).

ECONOMIA

- Revisão do Pacto Federativo.
- Alinhamento com estados vizinhos de percentuais de tributos para evitar problemas entre cidades limítrofes.
- Combate à informalidade - força tarefa da Secretaria de Segurança, Polícia Federal, Secretaria de Finanças e Urbanismo Municipais, Secretaria da Fazenda, Receita Federal, Promotorias Federal e Estadual contra a pirataria, desmanches, clandestinidade de produtos, informalidade dos negócios e invasões.
- Reforma da Legislação Bancária com o objetivo de promover a redução da taxa de juros para o cliente final.
- Revisão da Legislação de Defesa da Pequena e Média Empresa, respeitando singularidades das unidades da Federação.

- Criar um Programa Catarinense de Gestão Fiscal – Pró-Gestão.
- Enxugamento da máquina estatal, unificando secretarias e serviços prestados aos cidadãos.
- Estímulo a desligamentos voluntários.
- Venda de ativos não operacionais.
- Cobrança efetiva de créditos em atraso.
- Reestruturação das dívidas em longo prazo.

REFORMA FISCAL

- Edição de normas compulsórias mais rígidas para a contenção dos gastos públicos, sobretudo com custeio (coibindo remunerações excessivas, jornadas reduzidas, aposentadorias precoces, vantagens cumulativas, excesso de pessoal, etc.).
- Redução da carga tributária e simplificação da legislação fiscal.
- Adotar a proposta global de reforma fiscal contida no programa “Brasil Eficiente”.
- Eliminar a possibilidade em caso de servidor emprestado a outro órgão ou que assuma cargo eletivo ou em comissão, optar pela maior remuneração.
- Instituir igualdade nos sistemas de aposentadoria aos trabalhadores / servidores públicos e privados.
- Liberação imediata do Crédito do ICMS decorrente de aquisição de bens para o ativo imobilizado.

REFORMA POLÍTICA

- Fidelidade partidária. Deve ser mantida após as eleições.
- Estatuto dos partidos políticos com renovação periódica obrigatória de sua administração, ou seja, mandatos limitados a uma única reeleição ou a dez anos cumulativamente.
- Suspensão dos direitos políticos e perda de mandato em virtude de condenação por tribunal, mesmo que não seja decisão final.
- Perda dos direitos políticos em caso de condenação irrecorrível e impedimento para ocupar cargos administrativos em comissão.
- Mandatos de cinco anos, sem reeleição, e eleições em datas coincidentes para todos os cargos e níveis.
- Obrigação do cumprimento do mandato para o qual for eleito, exceto no caso de renúncia.
- Eliminar necessidade de autorização do poder legislativo para que parlamentares possam ser julgados.
- Eliminar possibilidade de renúncia como subterfúgio para evitar a cassação do mandato, ou para viabilizar uma nova candidatura em eleição subsequente. A renúncia ao cargo eletivo não poderá interromper ou sustar o processo de cassação já iniciado.
- Final do Recesso Parlamentar Remunerado.

REFORMA TRABALHISTA

- Flexibilização e modernização da legislação trabalhista e das relações de trabalho.
- Maior desoneração da folha de pagamento.
- Valorização da atuação dos Sindicatos na formulação das convenções coletivas e na solução de conflitos.
- Revogar a permissão de fixação de pisos salariais estaduais.

SAÚDE

- Melhoria e construção de hospitais em todo o Estado.
- Investir na construção de Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

EDUCAÇÃO

- Revisão dos Investimentos em Educação - em especial no ensino básico e fundamental - preparando efetivamente as pessoas para a vida e para o trabalho.
- Inclusão da Educação Fiscal, da Educação Financeira e Empreendedorismo na grade curricular do ensino médio e fundamental.
- Ampliação das escolas do ensino fundamental.

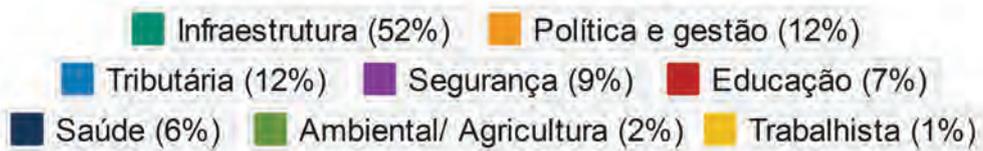
SEGURANÇA PÚBLICA

- Sistema de vigilância eletrônica - aceleração dos convênios com prefeituras para atender uma área ainda maior.
- Fortalecer o apoio aos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs).
- Fortalecimento de capital humano e estrutura física das polícias no Estado.
- Cuidar firmemente da questão da segurança pública, inclusive no aparelhamento dos órgãos de segurança (presídios, penitenciária, outros de recolhimento, etc).

TEMAS DE INTERESSE GERAL

- A presidência da Jucesc deve ser ocupada por um empresário, preferencialmente oriundo do ramo contábil.
- Estímulo às medidas alternativas de acesso à justiça como Mediação e Arbitragem em detrimento à morosidade do sistema judiciário.
- Prever sistema de estímulo a uma gestão mais eficiente e eficaz por parte do poder público, de modo a aumentar a contraprestação dos governos para com a sociedade com relação ao que eles recebem de impostos.
- Respeito à propriedade privada e pública - reforma agrária, áreas de preservação ambiental e propriedade intelectual.
- Adotar métodos modernos de administração pública (Gestão Pública).
- Adotar posturas que assegurem a independência entre Executivo e Legislativo.
- Eliminar o piso salarial estadual.
- Recomposição da competência municipal, sobretudo assegurando exclusivamente aos municípios legislar sobre o uso e ocupação do solo urbano.
- Validade mínima de 180 dias para certidões negativas de débito.
- Consolidação da legislação ambiental com clara definição de competências.
- As iniciativas aqui configuradas baseiam-se nos anseios e necessidades revelados pela realidade de uma região, estado e país que experimentam consideráveis crescimentos harmônico e sustentável e acompanhando os novos tempos.

AS PRINCIPAIS DEMANDAS DE SANTA CATARINA



GRANDE FLORIANÓPOLIS



Infraestrutura (37%) Tributária (14%) Educação (14%)
Saúde (12%) Segurança (10%) Política e gestão (6%)
Ambiental/ Agricultura (4%) Trabalhistá (2%)

SUL



Infraestrutura (74%) Tributária (8%) Segurança (8%)
Saúde (4%) Educação (2%) Política e gestão (2%)
Ambiental/ Agricultura (2%)

EXTREMO SUL



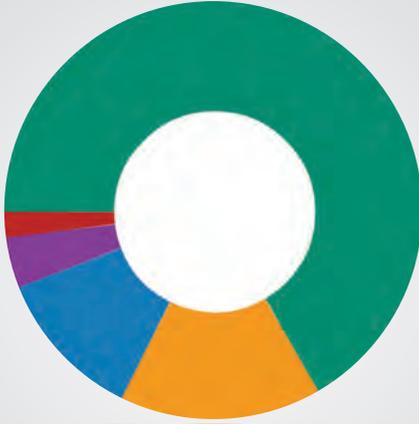
Política e gestão (46%) Infraestrutura (35%)
Tributária (12%) Segurança (4%) Educação (4%)

VALE DO ITAJAÍ



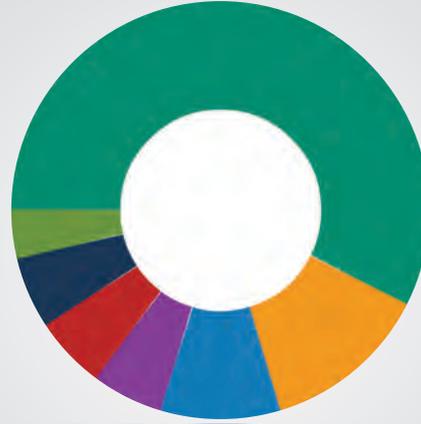
Infraestrutura (37%) Política e gestão (20%)
Tributária (14%) Segurança (14%) Educação (8%)
Saúde (4%) Ambiental/ Agricultura (1%) Trabalhistá (1%)

ALTO VALE



Infraestrutura (67%) Segurança (16%) Tributária (12%)
Política e gestão (4%) Saúde (2%)

NORTE



Infraestrutura (57%) Política e gestão (13%)
Segurança (9%) Tributária (6%) Saúde (6%)
Educação (6%) Ambiental/ Agricultura (4%)

PLANALTO NORTE



Infraestrutura (49%) Política e gestão (25%)
Tributária (9%) Saúde (7%) Educação (7%)
Segurança (4%)

SERRA CATARINENSE



Infraestrutura (55%) Educação (18%) Segurança (9%)
Saúde (9%) Política e gestão (9%)

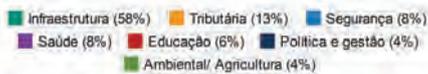
MEIO OESTE



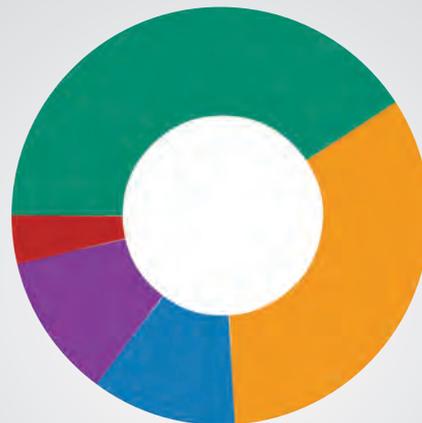
OESTE



EXTREMO OESTE



NOROESTE

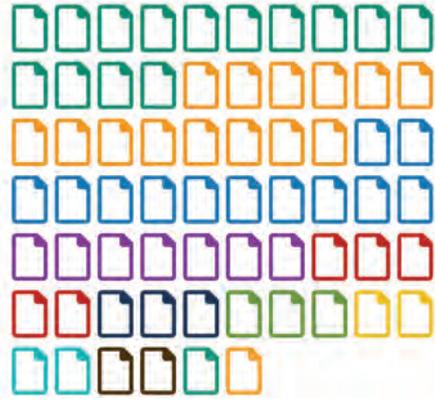


INFRAESTRUTURA



- Sul (13%) ■ Alto Vale (12%) ■ Norte (11%)
- Extremo Oeste (11%) ■ Planalto norte (10%)
- Meio Oeste (10%) ■ Oeste (9%) ■ Vale (9%)
- Grande Florianópolis (6%) ■ Noroeste (4%)
- Extremo Sul (3%) ■ Serra (2%)

POLÍTICA E GESTÃO



- Vale (21%) ■ Planalto norte (21%)
- Extremo Sul (18%) ■ Norte (11%) ■ Meio Oeste (8%)
- Grande Florianópolis (5%) ■ Noroeste (5%)
- Alto Vale (3%) ■ Oeste (3%) ■ Extremo Oeste (3%)
- Sul (2%) ■ Serra (2%)

SAÚDE



- Grande Florianópolis (19%) ■ Planalto norte (13%)
- Oeste (13%) ■ Extremo Oeste (13%) ■ Vale (10%)
- Norte (10%) ■ Meio Oeste (10%) ■ Sul (6%)
- Alto Vale (3%) ■ Serra (3%)

SEGURANÇA



- Vale (20%) ■ Alto Vale (16%)
- Grande Florianópolis (10%) ■ Norte (10%)
- Oeste (10%) ■ Sul (8%) ■ Extremo Oeste (8%)
- Meio Oeste (6%) ■ Noroeste (6%)
- Planalto norte (4%) ■ Extremo Sul (2%) ■ Serra (2%)

TRIBUTÁRIA



EDUCAÇÃO



TRABALHISTA



AMBIENTAL



DEMANDAS REGIONAIS

A Facisc realizou por meio das ACIs, um extenso levantamento das necessidades do Estado que estão apresentadas nas páginas seguintes.



BIGUAÇU

1. Saúde

- Manter o compromisso com a manutenção do Hospital Regional de Biguaçu.

2. Segurança

- Implantar, junto ao Governo Municipal, a área de segurança que abrigue no mesmo espaço Corpo de Bombeiros (hoje em imóvel alugado), Batalhão de Polícia Militar (imóvel precário e limitado) e Presídio (superlotado e na área central de Biguaçu).

3. Infraestrutura

- Duplicação da SC 407 que liga Biguaçu a Antônio Carlos – 13 km sem acostamento e com grande tráfego de transportadoras (Petrobrás e Vonpar) e hortifrutigranjeiros.
- Transporte Marítimo: oportunizar outras vias de deslocamento na Região Metropolitana.

BOMBINHAS

1. Área trabalhista: Incentivos aos trabalhadores para permanecerem no emprego.

É crescente a quantidade de empregados descompromissados com a sua permanência e desenvolvimento na empresa. Buscam ficar tempo suficiente para conseguir o seguro desemprego. (Federal)

2. Área Tributária: Redução da carga tributária das empresas. A capacidade de investimento e ampliação dos negócios, assim como o apoio financeiro ao desenvolvimento de ações socioeconômicas nos municípios ficam prejudicados em função da alta carga tributária geral cobrada das empresas. (Federal e Estadual)

3. Infraestrutura

- Incentivo financeiro à implantação de vias e sistemas de transportes nas cidades que facilitem a mobilidade urbana. A implantação de ciclovias e ônibus/metrô de superfície com via privada facilita a locomoção nas cidades, diminui o trânsito e aumenta a economia dos cidadãos, além de outros benefícios.
- Apoio aos municípios nas negociações com Casan e Celesc. Falta investimento nessas áreas básicas e que não acompanham o crescimento das cidades. Se não existe capacidade de investimento, uma alternativa seria a privatização desses serviços. (Estadual)

4. Ambiental

- Transformação da Reserva Marinha do Arvoredo em Parque: Esta mudança melhoraria o turismo na baixa temporada em vários municípios costeiros localizados próximos à Reserva do Arvoredo. (Estadual)

FLORIANÓPOLIS

1. Segurança

- Integração efetiva das polícias civil e militar. Nossas polícias ainda trabalham de forma não integrada, o que prejudica o trabalho nas ruas e o planejamento a partir de estatísticas. (Estadual)
- Com o aumento da criminalidade, os custos com segurança, tanto domésticos quanto empresariais, estão subindo exponencialmente. Reativar e fortalecer os Consegs, empoderar a polícia comunitária para que seja realmente agente de transformação da segurança do cidadão.
- Capacitação e formação de novos policiais. A população carece de um policiamento com maior qualidade em sua capacitação. Além disso, falta efetivo para atender o número populacional por região.
- Investir para desenvolver fóruns nas escolas e entidades associativistas a fim de discutir e elaborar projetos visando à erradicação da violência urbana pela prevenção. Em 2001 A cidade de Joinville criou um fórum com a participação de escolas públicas e privadas para discutirem ações básicas à erradicação da violência. O presidente do Fórum de Estudos, juiz Ricardo Roesler, mostrou ao público, na maioria pedagogos, que com educação é possível reduzir índices de violência e convidou os participantes a implantarem em seus estabelecimentos de ensino técnicas de combate à violência.

2. Saúde

- Acabar de vez com a “ambulâncioterapia”. É necessário ampliar a rede de atendimento especializado no interior do Estado, com mais policlínicas e hospitais de referência. E não adianta apenas ampliar, mas também manter funcionando a que já existe. (Estadual)
- Hospital público: A população do Norte da Ilha cresce de forma expressiva a cada dia, carecendo de um equipamento público, com número de leitos compatível ao contingente populacional, para o completo atendimento em todas as áreas da saúde. (Estadual)
- Incentivar, assim como se faz com grandes indústrias, a vinda de um hospital privado de referência para Florianópolis. Isso vai aumentar a concorrência, fazendo com que os que existem hoje melhorem o atendimento, além de desafogar o sistema público para os que não têm como pagar plano de saúde privado.
- Preparação dos profissionais da saúde: Investimentos no treinamento permanente e preparo dos profissionais que atendem nos postos e pronto-atendimento. Existem numerosas queixas de que o procedimento ou o atendimento não aconteceu a contento não por deficiência técnica, mas devido ao despreparo e falta de atitude motivacional dos profissionais de maneira geral. (Estadual/Federal)

3. Educação

- Otimizar o uso das escolas. As escolas deveriam funcionar todos os dias, do início da manhã até o final da noite. Além das aulas regulares, poderiam ser oferecidos cursos técnicos/profissionalizantes, artes e esporte, além de proporcionar o acesso da comunidade a cursos livres e aos laboratórios de informática. Isso amplia a oferta de mão de obra de qualidade, as oportunidades de empreendedorismo e de emprego e reduz as chances dos jovens serem assediados pelo mundo das drogas. (Estadual)
- Educação profissionalizante no Norte da Ilha: O adolescente conclui o segundo grau e, por dificuldades de mobilidade e socioeconômicas (financeiras e falta de políticas públicas inclusivas), não consegue se deslocar para outras regiões.
- Faltam foco e padrões na formação de professores e educadores do ensino fundamental e médio. Faltam intercâmbios com consultores pedagógicos nacionais e internacionais com metodologias e sistemas de ensino atuais focados no prazer de ensinar, no respeito e no ensino da ética, da autoestima e da saúde. (Estadual/Federal)
- Treinamento e preparação técnica, emocional e psicológica dos educadores para se tornarem exemplos e para aplicarem as novas metodologias aprendidas, que motivem os alunos. (Estadual/Federal)
- Aumentar as escolas de tempo integral. Criar um modelo inovador, em que em um turno o aluno tenha a educação formal e, no contra-turno, ensino técnico e profissionalizante. Investir em tecnologia na educação. O Brasil está muito atrasado, somente conseguiremos reduzir o déficit educacional com inovação.
- Educação empreendedora: As pessoas no Brasil são educadas para serem empregados.
- Educação financeira: As pessoas saem da escola sem nenhuma noção de finanças.
- Educação ambiental: Uma transformação com visão de longo prazo resulta em ações de longo prazo.

4. Infraestrutura

- Priorizar o transporte coletivo e de cargas multimodal. É necessário diversificar a matriz de transportes do Estado para cargas e pessoas. O transporte coletivo de pessoas deve ser priorizado e os modos ferroviário, marítimo e fluvial devem ser implantados. Com isso, a pressão nas nossas estradas irá diminuir, reduzindo prejuízos materiais e humanos. (Estadual/Federal)
- Saneamento básico: Florianópolis carece de tratamento adequado de esgoto, planejamento para distribuição de água nas temporadas de verão (quando a população se multiplica) e melhorias nas ETE's, além da falta de fiscalização para os estabelecimentos com ligação de esgoto irregular (Estadual).
- Planejamento de longo prazo. Onde o Estado quer estar em 2050. Fazer um amplo estudo socioeconômico do Estado, identificando pontos fortes e fracos e planejando o futuro. Definir políticas de governo e não de mandato.
- Mobilidade urbana: Urbanização das Rodovias a SCs que cruzam a ilha de Santa Catarina. As rodovias SCs estão inseridas s em perímetro urbano, com movimentação de pedestres e comércio instalado às margens e sem condições urbanas de tráfego de pedestres, bicicletas e outros modais.
- Dar enfoque na criação da região metropolitana, Santo Amaro, Palhoça, Biguaçu e Florianópolis, por se tratar de prioridade para o desenvolvimento da região.

5. Tributária

- Rever impostos que são elevados e mal distribuídos em políticas públicas, proporcionando maior desenvolvimento econômico e social (Federal).
- Reforma tributária urgente. Equilibrar o nosso sistema tributário de forma justa, de acordo com a realidade do País. Reforma tributária total e irrestrita, sem "jeitinhos". Associação Comercial e Industrial de Florianópolis já possui um estudo profundo e objetivo desta reforma tão desejada por cidadãos contribuintes e empresários. (Federal)
- Jurídica Tributária: Reestruturação da CLT. Uma lei que dê mais segurança jurídica aos empresários, que diminua os custos e que não favoreça o desemprego intencional para inserção no "seguro desemprego". Este hábito onera ao empresário e ao erário. Outros exemplos são as demissões e multas do FGTS; e o uso indiscriminado de atestados médicos. (Federal)
- Jurídica/trabalhista: Reestruturação da Lei Sindical. Uma lei que restabeleça a forma de relacionamento empresários / sindicatos, complementando a lei trabalhista e dando segurança jurídica ao empresário. Uma lei que contribua para a mudança da filosofia de relacionamento entre estas partes, transformando sindicatos patronais e trabalhadores em aliados. O empresário vive numa ansiedade e a angústia da insegurança jurídica. Sofre falta de mão de obra e uma série de exigências, muitas vezes impossíveis de serem cumpridas devido aos custos e falta de clareza nas normas. Deveriam existir padrões iguais para diferentes setores no mesmo sindicato. Um exemplo é o Senalba, que representa Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades privadas. (Federal)

6. Placar de indicadores de gestão

- Disponibilizar um número básico de indicadores de gestão e divulgar em forma de placar para proporcionar uma avaliação efetiva dos nossos representantes.

PALHOÇA

1. Infraestrutura

- Criação da Região Metropolitana. (Estadual)
- Contorno viário. (Estadual)
- Mobilidade urbana. (Estadual)

SÃO JOSÉ

1. Infraestrutura

- Construção da alça de contorno da Região Metropolitana de Palhoça/Biguaçu conforme projeto original. Fundamental para o desenvolvimento econômico da Região Metropolitana e Sul do País. (Federal)
- Construção de terminal aeroviário com logística de carga na Região Metropolitana Continental. Fundamental

para o desenvolvimento econômico da região. (Federal)

- Duplicação da Via Expressa – acesso a Florianópolis (Ilha) com a construção da quarta ponte. Essencial para a mobilidade urbana do município. (Estadual/ Federal).
- Soluções para o problema dos portos de Imbituba, Itajaí e São Francisco, que atendem também a Região Metropolitana, por meio da ampliação e modernização das suas instalações. Fundamental para o desenvolvimento econômico da região. (Federal/ Estadual).
- Implantação efetiva da Região Metropolitana para conclusão do projeto de transporte integrado com a construção de terminais urbanos de integração dos municípios de São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz, de acordo com o projeto que tramita na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). (Estadual).
- Construção da Beira Mar Continental trecho BR 101 – Barreiros - Estreito - Florianópolis (Ilha). Essencial para a mobilidade urbana do município. (Federal/ Estadual / Municipal).
- Implantação de transporte marítimo. Infraestrutura essencial para a mobilidade urbana do município. (Federal/ Estadual / Municipal).
- Projetos e execuções de obras para melhorar e garantir a mobilidade urbana de toda a Região Metropolitana. Essencial para a mobilidade urbana do município. (Municipal)

2. Tributária

- Reforma Tributária. Fortalecer o processo competitivo e igualitário das empresas, entre estados e no mundo globalizado. (Federal).
- Desoneração horizontal da folha de pagamento. Fundamental para o desenvolvimento econômico. (Federal/ Estadual / Municipal).

3. Ambiental

- Construção de usina para tratamento de resíduos. Fundamental para o tratamento adequado aos resíduos descartados. (Regional)

4. Segurança

- Implantação de projetos integrados de segurança pública. Importante atender a crescente demanda da população. (Federal/ Estadual / Municipal).

5. Saúde

- Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) nos municípios da Região Metropolitana. Fundamental para não concentrar o atendimento somente no Hospital Regional de São José. (Municipal/ Estadual).
- Ampliação e reforma do Hospital Regional de São José. Importante atender a crescente demanda da população. (Municipal/ Estadual).

6. Política

- Redução e regulamentação para os cargos comissionados do poder público. Fundamental para ter estruturas gerenciais e administrativas eficientes. (Federal/ Estadual / Municipal).
- Redução das Secretarias de Desenvolvimento Regionais de Santa Catarina. Moralização do processo, com maior autonomia das que ficarem. (Municipal/ Estadual).



BRAÇO DO NORTE

1. Infraestrutura

- Restauração da Rodovia SC-370 trecho Tubarão a São Ludgero: Principal rodovia de ligação às serras catarinenses e principal rodovia de escoamento do setor produtivo da região. (Estadual)
- Acostamento na rodovia SC -108 trecho Braço do Norte a Grão Pará. Rodovia entre Braço do Norte e Grão Pará, que após o término do asfaltamento na serra do Corvo Branco, aumentará em 1.500 carros/dia, segundo o Deinfra. (Estadual)
- Construção da ponte em São Ludgero: A Rodovia passa por dentro da cidade, congestionando drasticamente o trânsito. (Estadual).
- Construção do Anel Viário: Implantação do contorno viário no município de Braço do Norte - a cidade não suporta mais o trânsito. (Estadual)
- Reduzir o preço da energia: Energia em Braço do Norte é mais cara que as demais, precisamos que providenciem uma redução rápida, já que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não resolveu. (Estadual/Federal)
- Plano de manutenção de estradas constante: Tem que existir um plano de manutenção constante para que elas tenham vida útil maior. (Estadual)

2. Segurança

- Plano de manutenção para polícia. A sociedade ajudou a colocar as câmeras de vigilância, precisamos concertar duas, só que não existem verba e plano de manutenção. (Estadual/Federal)

3. Tributária

- Reforma Tributária: O custo no Brasil é alto e há pouco retorno, o que deixa nossas empresas em grande desvantagem para com as demais, desmotivando nossos empreendedores a investirem no País. (Estadual/Federal)

4. Reforma Política

- Governo tem que investir em setores públicos, fornecer o básico à população, segurança pública, infraestrutura adequada, educação, saúde e, cobrando menos impostos, deixando de favorecer pequenos grupos. (Estadual/Federal)

5. Reciclagem de lixo

- Penalidade para quem não separa corretamente o lixo. O governo deveria criar um destino, penalizando quem não o cumpre. (Estadual)

GAROPABA

1. Infraestrutura (Estadual)

- Duplicação da SC 434 e criação da ciclovia: Atender a alta demanda de veículos e, principalmente, oferecer segurança aos usuários da Rodovia (pedestres e ciclistas).
- Marina: Temos o mais importante, que é o estudo indicando ser viável a construção de uma marina (Federal).
- Posto Policial Estadual SC 434: Mais segurança ao longo da SC 434, assim diminuirão os acidentes provocados pela imprudência por falta de policiamento e, conseqüentemente, menos gastos com a saúde pública, considerados altíssimos devido aos acidentes. (Estadual)

2. Segurança

- Aumento do efetivo de Policiais Cíveis e Militares, inclusive na alta temporada, para atender a demanda existente, atuar na segurança preventiva e também a segurança dos turistas na alta temporada. (Estadual)

3. Tributária

- Revisão Carga Tributária: A maioria dos empresários sobrevive da sazonalidade, portanto os tributos devem ser diferenciados para locais com esta característica. (Estadual).

GRAVATAL

1. Centro de Eventos

É necessário para o desenvolvimento do turismo na região e para suprimir a necessidade de um espaço para eventos em Gravatal. (Estadual / Federal)

2. Revitalização da SC 370

A rodovia está em péssimo estado de conservação e com altíssimo tráfego de veículos. (Estadual)

3. Aeroporto de Jaguaruna

Funcionamento deste aeroporto, para que possamos receber turistas de outros estados e, conseqüentemente, desenvolver a região. (Estadual / Federal)

4. Conclusão do Asfalto da Serva Albertina (São Martinho)

Importante para o desenvolvimento do turismo religioso na região. (Estadual)

IMBITUBA

1. Infraestrutura

- Duplicação do acesso norte (acesso direto do porto à BR 101). Objetivo: viabilizar o crescimento. (Estadual)

2. Tributária

- Projeto de Lei 0448.7/2013. Posição contrária ao referido Projeto de Lei devido ao impacto que a distribuição do ICMS traria aos municípios exportadores.

JAGUARUNA

1. Infraestrutura

- Conclusão de funcionamento do Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi.
- Melhorias na Rodovia SC 442.
- Melhoria na estrutura da agência dos Correios.
- Conclusão da duplicação da BR 101.
- Expansão da malha ferroviária.
- Asfaltamento das ruas Esplanada e Retiro.
- Acesso ao aeroporto.
- Saneamento básico.
- Anel viário.
- Comprometimento com a manutenção da barra do camacho.
- Construção de uma ciclovia ligando o centro de Jaguaruna à Praia do Arrio Corrente.

2. Segurança pública

3. Saúde

- Hospital de Caridade de Jaguaruna, ala psiquiátrica.

TUBARÃO

1. Infraestrutura

- Execução da Rodovia Ivane Fretta Moreira, em Tubarão (integração regional).
- Conclusão do asfaltamento que liga Pedras Grandes a Orleans.
- Pavimentação asfáltica entre Tubarão e Laguna (Rodovia Ageu Medeiros) para integração regional.
- Conclusão da duplicação da BR 101 para o desenvolvimento regional.
- Recuperação da SC 370.

2. Segurança

- Ampliação sistema de câmeras vigilância em Tubarão.

3. Tributária

- Reformas Trabalhista e Tributária para o desenvolvimento empresarial.

4. Educação/Tecnologia

- Execução do Centro de Inovação (Inova SC) em Tubarão para o desenvolvimento empresarial.

5. Saúde

- Conclusão da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas em Tubarão. (Estadual)

6. Desenvolvimento Regional

- Operacionalização do Aeroporto Regional Humberto Bortoluzzi – Jaguaruna. (Estadual/Federal)
- Melhoramentos do Porto de Imbituba. (Estadual/Federal)

SANGÃO**1. Infraestrutura**

- Agência bancária.
- Implantação da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) no município.
- Recapeamento da Rodovia SC 443, que liga a BR 101 ao centro de Sangão, extensão 2,5 km.
- Construção de uma lombada eletrônica próxima à Prefeitura Municipal.
- Asfaltamento que liga o município de Sangão ao Balneário Campo Bom.



CRICIÚMA

1. Política e administrativa

- Combater a corrupção e a impunidade: Foco em uma gestão pública eficiente, com transparência e responsabilidade. (Federal/Estadual)
- Promover a reforma político partidária: Adequação e modernização dos processos políticos e eleitorais. (Federal)
- Promover a redução tributária em nível federal e estadual, adotando as diretrizes do Movimento Brasil Eficiente – MBE. É sabido do impacto negativo que a alta carga tributária produz na economia brasileira, gerando a falta de competitividade. Aplicação de recursos públicos com eficiência. (Federal/Estadual)
- Modernização da legislação trabalhista em favor da produtividade. Adequar a legislação às novas modalidades de relação profissional entre empresas e trabalhadores, como a jornada de trabalho flexível, entre outros. (Federal)
- Melhorar distribuição da arrecadação, aumentando o percentual a ser destinado aos estados e municípios; descentralização dos recursos de forma mais justa, mantendo maiores percentuais de verbas na fonte arrecadadora, seja município ou estado. (Federal/Estadual)
- Criar mecanismos para uma administração pública eficiente, com planejamento estratégico para longo prazo. Eficiência na gestão pública com base em planejamentos de médio e longo prazo. (Federal/Estadual)
- Melhorar a gestão por parte do Estado na educação, saúde e segurança. Atuar fortemente na reestruturação e melhoria do sistema de educação, saúde e segurança no âmbito de sua competência. (Federal/Estadual)
- Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal na esfera federal. Utilização dos mesmos critérios dos estados e municípios para o governo federal. (Federal)
- Ampliação dos valores destinados ao orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc). Ampliação do apoio financeiro aos projetos e centros de pesquisas da universidade e empresas. (Estadual)
- Implantação de programas de incentivo à pesquisa e inovação. Apoio e incentivo às empresas na implantação de projetos de pesquisa e inovação com foco na competitividade da produção e desenvolvimento regional. (Estadual)
- Padronização dos regulamentos dos órgãos licenciadores do Estado. Padronização nos procedimentos e regulamentos dos órgãos licenciadores, tais como Fatma, Corpo de Bombeiros, entre outros. (Estadual)
- Implantação de cursos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) em Criciúma. Oportunizar à população de Criciúma o acesso à formação superior gratuita. (Estadual)

2. Infraestrutura

- Conclusão das obras de duplicação da BR 101. Ainda que em fase de conclusão, o trecho Sul necessita urgente da eliminação dos gargalos que impedem o fluxo adequado a uma rodovia duplicada. (Federal)
- Construção do anel de contorno viário da Grande Florianópolis. Esta obra é extremamente necessária para redução do estrangulamento e congestionamento do tráfego de veículos e cargas no traçado atual da BR 101 na região, com impacto em todo o Estado. (Federal)
- Implantação da ferrovia litorânea. Transporte alternativo para cargas e conexão entre o Porto de Imbituba e demais portos do Norte do Estado. (Federal)
- Diversificar a matriz energética com volume, qualidade e custo. Garantir o fornecimento de energia para as atuais e novas empresas da região. (Federal/Estadual)
- Conclusão do Anel de Contorno Viário de Criciúma. Criar novas alternativas viárias para o escoamento de produção e redução dos congestionamentos nas vias internas das cidades da região. (Estadual)
- Conclusão da Via Rápida, ligando Criciúma à rodovia BR 101. Manutenção e término da obra, que representa uma alternativa de tráfego entre a BR 101, Criciúma e demais cidades da região. (Estadual)
- Operacionalização do Aeroporto Regional de Jaguaruna. Propõe-se que seja iniciada a operação deste terminal, que representa um novo eixo de desenvolvimento, com fluxo de passageiros e cargas. (Estadual)
- Ampliação da operação, construção do acesso e manutenção da gestão pela SCPAr do Porto de Imbituba - Atender as demandas por transporte marítimo das empresas do Sul do País que necessitam de agilidade no acesso ao terminal. (Federal e Estadual)

IÇARA

1. Tributária

- Aumento do valor máximo para as empresas se enquadrarem no Simples Nacional. (Federal)
- Instituir um programa de incentivo fiscal e desburocratização para facilitar a abertura de empresas. (Estadual)
- Reforma/ redução da carga tributária. (Federal)

2. Infraestrutura

- Melhoria das rodovias estaduais / federais.

3. Educação

- Escolas em período Integral. Muitas mães não têm onde deixar seus filhos enquanto trabalham, assim empresas perdem mão de obra e a sociedade ganha crianças e adolescentes que crescem sem supervisão e nas ruas. (Estadual)

4. Segurança

- Aumento da segurança nas cidades / efetivos e câmaras de vigilância. (Estadual)



BLUMENAU

1. Revisão do Pacto Federativo

- Em números aproximados, atualmente 60% dos recursos gerados com a arrecadação de tributos ficam com a União, outros 24% ficam com os estados e somente 16% com os municípios. Esta situação é injusta, afinal, as coisas acontecem nos municípios. Defendemos a revisão urgente desta situação, onde os recursos ficariam em maior proporção com os municípios, os estados e União, nesta ordem, gerando uma distribuição equitativa. (Federal)

2. Reforma Tributária

- Esperamos por uma reforma tributária ampla. A carga tributária excessiva aliada à complexidade das normas inibe os investimentos e o crescimento do País. O sistema tributário brasileiro é composto por aproximadamente 90 tributos, federais, estaduais e municipais. Isso faz com que empresas, principalmente de grande porte, tenham departamentos específicos para cuidar exclusivamente da administração tributária. As micro e pequenas empresas dependem das assessorias contábeis e tributárias, encarecendo os custos de administração de seus negócios. (Federal)

3. Reforma Política

- Promover uma ampla e profunda reforma política, em que se contemple, ao menos, acabar com a reeleição, unificando a data de todas as eleições (Municipal/Estadual/Federal)
- Eliminar os cargos de suplentes de senador, reduzindo ainda o mandato para o mesmo tempo do mandato do deputado federal; ex-presidente da república não pode mais se candidatar a cargo algum; cada cidadão um voto (atualmente o peso para eleger um deputado federal, no estado de Santa Catarina, por exemplo, é bem maior do que estados menos populosos, como Amapá); adoção do voto distrital puro; permissão de apenas uma reeleição para cargos do legislativo; acabar com as mordomias de políticos; se o ocupante de um mandato no Legislativo (senador, deputado, vereador) ocupar cargo no Executivo (ministro, secretário, etc.) durante o exercício do mandato, perderá automaticamente o mesmo; fim do voto secreto em todas as votações (Congresso, Câmara de Deputados, Assembleias Estaduais e Câmara de Vereadores); reduzir o número de partidos; não exercer o cargo como profissão; fidelidade partidária, com perda do mandato na hipótese de troca de partido; eliminação drástica dos cargos de confiança. (Federal)

4. Gestão

- Enxugamento da máquina pública. O inchaço da máquina pública em todos os níveis reduz a capacidade de investimento. Em Santa Catarina, por exemplo, são 52 Secretarias de Estado, aí incluídas as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, além dos demais órgãos e empresas públicas. No âmbito federal, o foco são os Ministérios e Secretarias específicas. (Federal/Estadual)

- Diminuição da burocracia estatal. Precisamos combater o excesso de burocracia e a morosidade que este quadro causa. A burocracia engessa e onera toda a sociedade, desde a abertura de empresas até a realização de obras públicas. (Federal /Estadual)

5. Educação

- Ensino profissionalizante: Desenvolvimento de políticas que incrementem o ensino profissionalizante em todas as áreas. Como exemplos podem ser citados o Programa Entra21 e GeraçãoTec, que capacitam jovens de baixa renda em tecnologias da informação. Os programas já capacitaram mais de 3 mil jovens com 80% de empregabilidade, gerando mão de obra qualificada. Espera-se que os Governos (Federal, Estadual e Municipal) continuem apoiando, inclusive financeiramente, estas boas práticas. (Federal/Estadual)
- Continuidade dos investimentos passa pela melhoria da infraestrutura na educação pública, mediante programas de formação continuada do professor, estrutura de sala de aula e gestão das instituições de ensino. A melhoria da competitividade passa pela educação. (Federal/Estadual)

6. Distrito e Centro de Inovação de Blumenau

- Continuidade ao projeto de implantação do Centro de Inovação de Blumenau. O projeto visa à construção de um edifício que abrigará as principais entidades de fomento à inovação e ao empreendedorismo de Blumenau e região. O edifício sediará as entidades que desenvolverão o projeto de implantação do Distrito de Inovação de Blumenau, que trata do revigoramento de parte do bairro Itoupava Seca, antigo bairro industrial e comercial da cidade. (Estadual)

7. Segurança

- Construção do Complexo Penitenciário de Blumenau. Construir e implementar o Complexo Penitenciário em Blumenau, contendo, ao menos, instalações para funcionar como presídio, penitenciária, semi-aberto e aberto (prevendo, inclusive, espaços para apenadas do sexo feminino). A construção é urgente, pois o atual presídio, uma espécie de bomba relógio, deve ser desativado, construindo-se naquele local uma praça (também é uma das bandeiras defendidas pela Acib). (Estadual)
- Melhora do efetivo humano e material da polícia militar, polícia civil, bombeiros e Instituto Geral de Perícias. A recomposição dos quadros mediante utilização de critérios técnicos, como, por exemplo, população, são essenciais. (Estadual)

8. Infraestrutura

- Duplicação da BR-470. Garantir a execução da duplicação da BR 470, no trecho de Navegantes até Indaial (lotes 1, 2, 3 e 4 já licitados) até 31 de dezembro de 2017, bem como garantir a continuidade da duplicação, de modo que até 31 de dezembro de 2020 toda a rodovia esteja duplicada. (Federal)
- Ferrovia da Integração. Ferrovia da Integração ligando Dionísio Cerqueira/Chapecó a Itajaí, com traçado passando pelo Vale do Itajaí. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EV/TEA) e o Projeto Básico estão em processo de licitação pela Valec. Esta obra é importantíssima para a efetiva integração do Estado, ligando o Oeste ao Leste. (Federal)
- Revitalização do Aeroporto Regional de Blumenau (Quero-Quero). O objetivo é homologar a pista dos atuais 1.080 metros para 1.431 metros, tirando as restrições do aeródromo. Algumas das ideias propostas são a elaboração de projeto de desvio da SC 474 da cabeceira sul, balizamento noturno, desbastamento de parte do morro da cabeceira norte e retirada de antena da Rádio Nereu Ramos. A ideia é dinamizar o aeroporto, que poderá receber aeronaves tipo ATR, LET, Brasília e jatos executivos. O foco é a aviação regional e executiva, sendo que sua importância é muito grande. Destacamos: facilidade de mobilidade de profissionais que determinam os investimentos na ampliação das empresas; o aeroporto é parte integrante do sistema de transporte unido a outros modais; ele gera utilidade e fomenta a formação de mão de obra; gera rapidez na movimentação de pessoas e cargas; e possibilita acesso rápido de empresas externas à região. Haverá também a dinamização do Aeroclube de Blumenau, com a formação de pilotos e comissários, bem como a oficina mecânica de aeronaves. (Estadual)
- Obras de prevenção contra cheias. O radar meteorológico terá início das atividades de monitoramento em setembro de 2014. Esta já é uma obra que podemos dar como concluída. Mas ainda faltam a sobrelevação das barragens de Taió e Ituporanga, que deve ficar pronta até o final de maio de 2015; a construção de três pequenas barragens nos Rios Taió, Perimbó e Ribeirão Braço do Trombudo; a montante da cidade de Rio do

- Sul; o Sistema de Monitoramento e Alerta; as obras no Canal dos Ribeirões da Garcia e da Velha em Blumenau; e as obras no Canal do Rio Itajaí-Açu em Blumenau. (Estadual)
- Anel Rodoviário de Contorno Sul de Gaspar: Executar o Anel Rodoviário de Contorno Sul de Gaspar, de modo a retirar, do perímetro urbano deste município, o trânsito intenso que se desloca a partir de Blumenau em sentido ao litoral e vice-versa. (Estadual)
 - Nova SC 108. A obra do prolongamento da Via Expressa (Nova SC 108) conta com prazo de execução estimado em três anos. A obra contará com pavimentação de 15 km, ligando a BR 470 ao pé do Morro da Itoupava Central, proximidades do Posto da Polícia Rodoviária Estadual. (Estadual)

BRUSQUE

1. Infraestrutura

- Rodovia Antônio Heil (SC 486). Acelerar o processo de duplicação dessa importante via de escoamento da produção industrial do Vale do Itajaí Mirim. A obra facilitaria o escoamento do enorme fluxo de carros de passeio, ônibus e caminhões, dando prioridade por iniciar a pavimentação pelo trevo de acesso que liga a SC 486 à BR 101 sentido Itajaí para Brusque, onde se forma um grande gargalo de congestionamentos. (Regional)
- Rodovia SC 427. As cavernas milenares e gigantescas são consideradas uma das maiores do País e a principal atração turística da região. A rodovia SC 427, ramificação da rodovia SC 486, é o principal acesso até as cavernas e o município de Vidal Ramos, por onde escoam toda produção dessa região. Pleiteamos a abertura e pavimentação asfáltica do trecho de cerca de 30 km entre os dois municípios, que vai beneficiar sobremaneira a região de Brusque, Botuverá e Vidal Ramos. (Regional)
- Energia elétrica/Celesc. Nas questões relacionadas ao setor de energia elétrica, Brusque e região necessitam de mais recursos para manutenção do sistema de distribuição de energia, bem como a ampliação na capacidade de transformação e mais circuitos de energia (subestações de energia elétrica) e melhorias na estrutura de atendimento para agência da Celesc em Brusque. (Regional)
- SC 420. Pleiteamos a abertura e pavimentação asfáltica do trecho que liga os municípios de Guabiruba, Gaspar e Blumenau, que poderá se constituir numa excelente alternativa para aliviar o enorme gargalo de veículos dentro da cidade de Gaspar. (Regional)
- BR 470. Urgente retomada e conclusão do projeto de duplicação da BR 470 em toda sua extensão. (Estadual/Federal)
- Porto de Itajaí. Melhorias na infraestrutura do complexo do Porto de Itajaí. (Estadual/Federal)

2. Segurança

- Aumento do efetivo de Policiais Militares e da Polícia Civil: Nas questões relacionadas à segurança pública, Brusque e Região necessitam de um considerável aumento do efetivo de policiais militares (o mesmo com os policiais civis), tendo em vista que o 18º Batalhão da PM conta com um efetivo de 150 homens, o mesmo efetivo do ano de 1990, quando a cidade possuía 61.000 habitantes. Atualmente há cerca de 115.000 habitantes. (Regional)

GASPAR

1. Melhoria da segurança pública com instalação de câmeras de monitoramento e reforço policial nas ruas.
2. Diminuição dos impostos.
3. Isenção de imposto sobre instrumentos e medicamentos para Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro como objetivo de manter o seu funcionamento.
4. Melhoramento das rodovias da região do Vale do Itajaí.
5. Reforma da Ponte Hercílio Decke.
6. Anel de contorno de Gaspar.

ILHOTA

1. Infraestrutura

- Desvio de fluxo de tráfego de cargas pesadas do centro de Ilhota.
- Calçamento e sinalização para a Rodovia Jorge Lacerda.
- Portais indicando a entrada e saída do município.
- Duplicação da BR 470.

2. Segurança

- Mais efetivos na polícia militar de Ilhota.

3. Saúde

- Manter e munir o Hospital Dia de equipamentos para exames.

ITAJAÍ

1. Educação

- Valorização do professor, escolas de qualidade e período integral, mudança no sistema de ensino, mais verbas. Atenção especial a esta área, com maior exigência em todos os níveis de competência. É a base do desenvolvimento de um país. (Federal/Estadual)

2. Saúde

- Maior atenção à população, melhores condições clínicas e hospitalares, revisão nos planos de saúde, mais verbas. Qualidade no trato em todas as áreas da saúde. País saudável é país que cresce saudável e competitivo. (Federal/Estadual).

3. Segurança

- Maior efetivo, melhor preparo, melhores equipamentos e viaturas, salários compatíveis, mais verbas. A nação está insegura. Excesso de roubos, estupros, assaltos e mortes gerando insegurança na população. (Federal/Estadual)
- Diminuição dos menores infratores. Cerca de 40% dos crimes, assaltos, roubos, estupros e homicídios estão inseridos nesta faixa etária. Redução da maioridade penal. (Federal/Estadual)

4. Infraestrutura

- Infraestrutura viária de alto nível, competindo de forma igualitária com os países desenvolvidos.
- Construção e ampliação urgente de portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias e estradas. Precisamos criar soluções logísticas com condições de amparar o desenvolvimento do País e promover melhores condições de vida ao cidadão. (Federal/Estadual)

5. Tributária

- Reforma Tributária drástica. Preços mais competitivos, empresas com desenvolvimento saudável, melhor qualidade de vida ao cidadão e estímulo às empresas internacionais para que aqui se instalem. (Federal/Estadual)
- Correção justa da tabela do imposto de renda da Pessoa Física.
- Busca pela justiça fiscal, forte diminuição da sonegação e evasão fiscal.
- Voracidade do Leão. (Federal)

6. Administrativa

- Desburocratização. Excesso de burocracia provoca sérios entraves de desenvolvimento às pessoas e empresas, gerando perda de tempo e desconforto. É uma bandeira levantada pela ACII (Associação Comercial e Industrial de Itajaí). (Federal/Estadual)
- Reforma Política. Falta de ideal político e defesa de interesses pessoais e políticos, eliminação das coligações partidárias, implantação do plano de carreira política e qualificação do parlamentar. Permissão de somente uma eleição ao legislativo. Voto distrital, voto facultativo do eleitor, financiamento público exclusivo de campanha. (Federal/Estadual)
- Cargos compatíveis com as competências, com definição clara do segmento. As responsabilidades de cada um não podem ser transferidas. Definição de competências nos vários níveis de governo. (Federal e Estadual)
- Excesso de Ministérios e Secretaria de Estado e Regionais. (Federal/Estadual)
- Enxugamento drástico da máquina pública.

7. Indústria e comércio

- Aproveitamento total da matéria-prima. Desperdício, preços mais altos, perda de tempo, maior exigência de mão de obra. Custo Brasil exagerado. (Federal/Estadual)

8. País rico é país sem corrupção em todas as áreas

- Descrença nos partidos e nos políticos. Corrupção federal e estadual.

9. Controle eficiente de todas as demandas institucionais e operacionais em todos os níveis.

NAVEGANTES

1. Segurança Pública

- Reestruturação e adequação – Polícia militar e polícia civil. Há um alto índice de criminalidade no município, efetivo inadequado. (Estadual)

2. Infraestrutura

- Efetividade nas obras de duplicação da BR 470. Apesar da Ordem de Serviço ter sido emitida, o ritmo das obras não está adequado. (Federal)
- Ampliação do aeroporto - Aeroporto regional atende a um grande número de passageiros e tem potencial para desenvolver o segmento de cargas. (Federal)
- Baía de evolução - Necessidade de adequação das condições operacionais, possibilitando o atendimento de navios maiores. Navegantes é o maior movimentador de cargas containerizadas do Estado e, somado a Itajaí, o segundo do País. (Federal)

POMERODE

1. Segurança

- A polícia militar de Santa Catarina, que hoje conta com menos efetivo do que há 15 anos (apesar do aumento populacional) dispõe de recursos tecnológicos pífios para otimizar o pouco pessoal disponível. Tem aumentado muito a quantidade de ocorrências criminais. O crime, a insegurança e o medo, além de serem objetivos em si a serem combatidos, espantam os investimentos e o desenvolvimento econômico. (Federal / Estadual)

2. Infraestrutura

- Melhorar a situação absurda das estradas do município, começando pela duplicação da BR 470 (que nunca progride no ritmo que deveria, apesar dos supostos “canteiros de obra” esparsos para fingir que algo está sendo feito) e pela BR 101 (cujos problemas de licenciamento não se resolvem por anos). A dificuldade de transporte de cargas e pessoas é um encargo adicional para as empresas do Estado. Fica cada vez mais difícil competir com outros países (e mesmo com outros estados) quando o transporte é tão moroso e caro. A quantidade de mortos e aleijados causados pelas estradas ruins e em mão-dupla também não é desprezível. (Federal/Estadual)

3. Tributária

- Simplificar a legislação tributária (Reforma Tributária). O sistema tributário brasileiro é tão absurdamente complexo que as empresas perdem um tempo enorme e gastam caro com sistemas e pessoal (e nunca têm a certeza de haver cumprido com todas as obrigações) para fazer uma atividade que em qualquer país desenvolvido é simples. As alterações tributárias feitas pelos Governos Federal e Estadual nos últimos anos primam por aumentar a complexidade, quando deveria ter ocorrido o contrário. Haja vista o “Simples Nacional”, que após o advento da Substituição Tributária não guarda mais simplicidade nenhuma em si. (Federal)

4. Educação

- Formar alunos preparados para o mercado de trabalho, priorizando a capacidade de leitura e compreensão, raciocínio lógico e matemático e conhecimentos técnicos. Apesar de haver aumentado o percentual de crianças frequentando a escola, aumentou também a quantidade de analfabetos funcionais. A instituição da “aprovação automática” soçobra não somente no ganho de conhecimento como na qualidade do ensino (por colocar alunos em sala que não deveriam ter sido aprovados). Os jovens saem despreparados para absorver rotinas profissionais complexas. Deveriam existir objetivos de posicionar o Brasil em colocações melhores no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), por exemplo. (Federal/Estadual)

5. Ideológica

- Criar um ambiente de segurança jurídica. Existe pouco apreço no País por honrar compromissos assumidos. Vide o ocorrido com o intervalo intrajornada nas indústrias de Santa Catarina, em que se anulou uma decisão do Ministério do Trabalho e criou-se uma “infração retroativa”, ou o ocorrido com a indústria automobilística, ou com o setor de energia elétrica. A existência de “riscos intangíveis” em escala tão grande afasta o investidor, prejudica o empreendedor e aumenta os preços, diminuindo a competitividade (pois o risco é jogado no preço). (Federal)

TIMBÓ, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO E RIO DOS CEDROS

1. Tributária

- Desburocratização da legislação tributária nas três esferas, federal, estadual e municipal, e posterior redução.

2. Segurança

- Promover ações de conscientização nas comunidades, incentivando a formação de Conselhos de Segurança – Consegs e instalação de câmeras de monitoramento e sua manutenção. Incentivar palestras e campanhas de conscientização para que a comunidade entenda seu papel e responsabilidade na questão de segurança, individual e coletiva.

3. Infraestrutura

- Conclusão urgente da SC 477 que liga o Planalto Norte ao Vale do Itajaí, recuperação dos trechos já existentes e conclusão do anel viário de Timbó. Conclusão asfáltica da rodovia que liga Rio dos Cedros às barragens de Pinhal e Rio Bonito.

4. Relações do trabalho

- Modernização e simplificação da legislação trabalhista.

5. Educação

- Incentivo a programas de integração de instituições de ensino com empresas para realização de pesquisas e estudos técnicos.

6. Saúde

- Prestar apoio financeiro aos hospitais locais (Timbó, Benedito Novo e Rio dos Cedros) para vocacioná-los e adequá-los tecnologicamente para se tornarem autossustentáveis.

7. Associativismo

- Elaborar legislação apropriada que fortaleça as associações que representam a classe empresarial, no sentido de aprimorar as relações com o Poder Público no planejamento e na instalação de novas empresas e segmentos, respeitando as já existentes e suas ampliações.

8. Meio Ambiente

- Aprimorar a legislação ambiental para permitir, de forma sustentável, o manejo da bacia hidrográfica local diante das intempéries da natureza, como enchentes, enxurradas, deslizamentos e vendavais.



AGROLÂNDIA

1. Infraestrutura

- Construção de um centro de treinamento empresarial e industrial. Construção de duas salas para cursos, um auditório, uma sala para reuniões e duas salas para atendimento da Associação Empresarial de Agrolândia e CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) com o intuito de promover cursos, palestras e treinamentos através de parcerias com o Senac, Sebrae, Sesc, Facisc e outras entidades. (Federal)

IBIRAMA

1. Tributária

- Isenção de taxas referentes a serviços burocráticos gerados pelos serviços de ordem pública como, por exemplo, reconhecimentos de firma e serviços de igual teor. Alta carga tributária. (Estadual)
- Diminuição ou até isenção da taxa de alvará de localização e licença para empresas que estão há mais de um ano fixas em um determinado endereço. Alta carga tributária. (Estadual/Federal)
- Diminuição do ICMS. Alta carga tributária. (Estadual)

2. Infraestrutura

- Duplicação da BR 470 - Trecho Indaial/ Trombudo Central. escoamento de produção. (Federal)

3. Segurança

- Reestruturação e readequação da polícia comunitária nos municípios. Falta de segurança. (Estadual)

4. Desenvolvimento econômico

- Regulamentação e obrigatoriedade da formação dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico em pequenos municípios (no mínimo 13 mil habitantes), onde sejam representados por órgãos de classe. Desenvolvimento econômico desordenado em cidades menores. (Estadual/Federal)

LONTRAS

1. Infraestrutura

- Falta de saneamento básico e água encanada em alguns bairros. (Estadual)

- Pavimentação e melhoria nas estradas, como a estrada que liga o centro de Lontras e Riachuelo. (Estadual/Municipal)
- Duplicação da BR 470, que liga a cidade de Lontras às outras cidades da região. (Estadual/Federal)
- Construção do Trevo de Lontras. (Estadual/Federal)
- Implantação do Condomínio Industrial, com subsídio do município mais benefício fiscal. (Estadual/Municipal)

2. Segurança pública

- Aumento do efetivo de policiais militares. (Estadual)

POUSO REDONDO

1. Infraestrutura

- Duplicação/ reestruturação e melhorias urgentes da rodovia BR 470, principalmente no trecho que compreende às cidades de Indaial a Curitibanos. Obra de suma e vital importância, mudando um corredor de mortes para uma rodovia que irá contribuir para o progresso econômico do Estado. (Federal)
- Melhorias em prol da mobilidade urbana, compreendendo: passagem inferior (túnel) e passarela. A importância dessas duas passagens se dá pela grande dificuldade encontrada hoje pela população local na travessia da rodovia, sendo que esta corta a cidade praticamente ao meio, dividindo bairros e localidades, o que resulta em inúmeros acidentes com vítimas fatais, grande número de feridos, além de diversos danos materiais. Estas informações podem ser facilmente confirmadas com o Corpo de Bombeiros de Pouso Redondo. (Federal).
- Conserto de parte da pista da BR 470, localizada no KM 169, próximo ao Aterrado Torto, desmoronamento ocorrido em setembro de 2011. Importante destacar que os excessos de chuva podem comprometer o desmoronamento integral da rodovia, restringindo o acesso da BR que atravessa o Alto Vale e serve como principal meio de ligação entre o Oeste Catarinense e os Portos de Itajaí e Navegantes, podendo gerar prejuízos para os comerciantes e incontáveis famílias que dependem da travessia para sobrevivência. (Federal)
- Conserto da ponte sobre Rio das Pombas, na BR 470 – KM 176. A passagem de pedestres em um dos lados da ponte desabou há mais de dez anos. A queda do acesso impede a passagem de pedestres, ciclistas, cadeirantes e demais usuários com segurança, na medida em que as pessoas, ao atravessarem a ponte, se obrigam a transitar sobre a BR 470 na pista de trânsito dos veículos, colocando em risco inúmeras vidas diariamente. (Federal)
- Construção da Ferrovia da Integração Catarinense, ligando o Oeste ao litoral Catarinense. Somos um estado carente em infraestrutura e esta ferrovia contribuiria muito para o desenvolvimento econômico, barateando os custos de produção, desafogando o tráfego na BR 470, além de proporcionar o turismo na região. (Federal)

2. Economia

- Repasse de verbas do Governo Estadual ao município de Pouso Redondo para a efetivação de áreas industriais. Contribuição para o desenvolvimento, redução de custos e organização do setor industrial do município. (Estadual)

3. Segurança pública

- Aumento do contingente e equipamentos da polícia militar local. Necessidade devido ao crescente número de ocorrências, contrastando com a redução de efetivo nos municípios do Alto Vale do Itajaí. (Estadual)

4. Defesa civil

- Revisão do plano de prevenção de enchentes no Alto Vale do Itajaí. Utilizar técnicas mais modernas e eficazes do que a construção de mini-barragens, que além de oferecerem riscos à população, causam incalculáveis prejuízos econômicos, sociais e ambientais. (Estadual)

PRESIDENTE GETÚLIO

1. Infraestrutura

- Manutenção da malha rodoviária e duplicação da BR 470. Ter boas estradas significa reduzir o custo de transportes e, portanto, o preço final dos produtos, tornando-os mais acessíveis ao consumidor. (Federal/ Estadual)

2. Tributário

- Combate à informalidade, pirataria e clandestinidade. Principalmente devido ao fato da concorrência desleal e de o trabalhador não dispor das mais rudimentares proteções das leis trabalhistas ou previdenciárias. (Federal)
- Redução da carga tributária. Impactos negativos dos impostos sobre o crescimento econômico precisam ser reajustados à realidade brasileira. (Federal)

3. Segurança

- Aumento de efetivo destinado à segurança pública. A violência está extrapolando os índices do considerado "aceitável", tornando a população cada vez mais insegura. (Estadual)
- Diminuição da maioridade penal. Para que muitos jovens, que não optaram por uma vida digna, tenham a obrigação de arcar com suas atitudes. (Federal)

RIO DO SUL

1. Infraestrutura

- Duplicação de toda a BR 470/SC de Navegantes até a interseção com a BR 116. A Acirs (Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul) defende a duplicação de toda a extensão da rodovia BR 470/SC - Navegantes até a interseção com a BR 116, de acordo com as versões preliminares do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTE-A) em elaboração no DNIT. (Federal)
- Construção do Corredor Ferroviário Catarinense (Itajaí a Dionísio Cerqueira). A Acirs defende a construção do Corredor Ferroviário de Santa Catarina com a manutenção do traçado original pelo Vale do Itajaí, conforme definido pelos Estudos de Viabilidade do Sistema Ferroviário de Santa Catarina. Estes foram desenvolvidos de 2001 a 2003 pelo Governo do Estado em convênio com o Ministério dos Transportes (Convênio 007/2001MT/SC e contrato 004/2001SC/STO) e o resultado foi a elaboração do Projeto Preliminar do segmento denominado Corredor Ferroviário de Santa Catarina. (Federal)
- Continuidade do projeto que prevê a implantação do trem regional de passageiros entre Itajaí – Blumenau – Rio do Sul (146 km). A Acirs defende a retomada do transporte ferroviário de passageiros no Vale do Itajaí por meio do Projeto Trens Regionais e a sua associação ao Corredor Ferroviário de Santa Catarina. (Federal)
- Conclusão do Aeroporto Regional do Planalto Serrano, em Correia Pinto. A Acirs defende a conclusão do aeroporto localizado em Correia Pinto. Distante 122 km da capital do Alto Vale, o novo aeródromo pode se tornar uma alternativa competitiva aos aeroportos de Florianópolis e Navegantes. (Federal)
- Conclusão da ligação asfáltica Rio do Sul – Presidente Getúlio. A Acirs defende a conclusão da ligação como forma de criar um novo eixo de desenvolvimento e, sobretudo, uma rota alternativa à BR 470/SC. (Estadual)
- Construção do contorno viário da SC 350 em Rio do Sul. A Acirs defende a construção do contorno viário de Rio do Sul na rodovia SC 350. Atualmente mais de 1.100 caminhões e quase 200 coletivos de passageiros trafegam pela rota que cruza a área urbana do município. (Estadual)
- Ampliação da rede de distribuição de gás natural. A Acirs defende a ampliação da oferta de gás natural para a região Sul do país e monitora as obras do Projeto Serra Catarinense, da SCGÁS, que irá estender o gasoduto até o Planalto Serrano, cruzando o Alto Vale do Itajaí. (Estadual/Federal)

2. Defesa Civil

- Prevenção e mitigação de desastres naturais. A Acirs defende a implantação dos projetos previstos no Plano de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais da Bacia do Rio Itajaí, com ampla discussão das intervenções com as comunidades impactadas. (Estadual/Federal)

3. Desenvolvimento

- Regulamentação da região metropolitana do Alto Vale do Itajaí. A Acirs defende a regulamentação, instituída pela Lei Complementar 523/2010, como forma de contribuir para o planejamento e a captação de recursos para áreas como a mobilidade urbana, saneamento básico e o tratamento de resíduos sólidos. (Estadual)

TAIÓ

1. Saúde

- Ampliação do quadro de médicos para atendimento no município (Estadual/Municipal).

2. Infraestrutura

- Duplicação da BR 470. (Federal)
- Ligação asfáltica do Alto Vale do Itajaí e do Planalto Norte Catarinense. Inclusão da ampliação do projeto de execução asfáltica, em 14 Km restantes, entre a Ponte Rutes e a Rodovia SC 114. (Federal)
- Melhoria na recuperação da rodovia que liga Taió a Santa Terezinha SC 302. (Estadual)
- Melhoria na recuperação da rodovia que liga Taió a Salete SC 422. (Estadual)

TROMBUDO CENTRAL

1. Segurança pública

- Efetivação de um delegado de polícia com jornada de trabalho integral para atender a comarca de Trombudo Central. Somos sede de Comarca (Agrolândia, Braço do Trombudo, Pouso Redondo e Trombudo Central), contamos com uma população de 35.000 habitantes e não temos delegado efetivo, com horário de atendimento de meio período. (Estadual)
- Aumento do efetivo de policiais militares. Contamos com cinco policiais militares, sendo que um está de atestado médico, representando um policial para cada 1.639 habitantes. (Estadual)
- Assinatura do convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Programa Bem-Te-Vi (Sistema de videomonitoramento urbano). Somos o único município da comarca que ainda não assinou o referido convênio. (Estadual/Municipal)

2. Infraestrutura

- Recapeamento do acesso da Avenida Arthur Müller (SC 426), no que se refere à pista de rolamento e seu acostamento. Entrada da cidade e passagem obrigatória para municípios de Agrolândia, Atalanta e Braço do Trombudo. (Estadual)
- Relocação da tubulação da Casan no Rodovia SC 426 – acesso a Braço do Trombudo até o Km 05. Pelos constantes vazamentos, é necessário realocar para o acostamento a pista de rolamento num trecho de 3 Km. Já há 18 buracos, alguns asfaltados novamente. (Estado)
- Revitalização da ciclovia localizada na Avenida Arthur Müller (SC 426). Fazer um projeto de revitalização com a substituição das pistas de rolamento com asfalto para ciclistas e pedestres. (Estado/Municipal)
- Asfaltamento dos acessos às duas principais indústrias do município, a empresa Metalbo – Metalúrgica Boewing e a Ingredion, melhorando o escoamento de seus produtos. Ambas empregam atualmente mais de 800 funcionários diretos. (Estadual/Municipal)
- Revitalizar o acostamento da SC acesso ao município de Agrolândia – perímetro urbano de Trombudo Central. Mais segurança aos usuários da rodovia e principalmente aos pedestres e ciclistas. (Estadual/Municipal)
- Asfaltamento da Rua Paulo Skowach. Acesso ao Hospital Trombudo Central. Pelas péssimas condições que a rua se encontra e para maior segurança dos seus usuários. (Estadual/Municipal)
- Revitalizar o Parque de Exposições do Município. Permitir realizações de feiras e eventos. (Estadual/Municipal)
- Construção de passarela para pedestre na BR 470, em Bracatinga I. Maior segurança dos pedestres que necessitam atravessar a rodovia (área de mineração). (Federal)



CORUPÁ

1. Infraestrutura ferroviária

- Estudo de projetos com vista à implantação de um elevador sobre a linha férrea que corta o município com o objetivo de evitar os transtornos causados pelo fechamento das passagens de níveis, pois Corupá é área de manobra das composições (Estadual).

2. Infraestrutura em telecomunicação

- Implantação de fibra ótica para melhorar o serviço de internet e telefonia em nosso município. (Estadual).

3. Infraestrutura rodoviária - BR 280

- Implantação de acostamento, limpeza, sinalização e iluminação entre Jaraguá do Sul e Corupá (aproximadamente 15 Km);
- BR 280 - Realização da obra de construção da rotatória na entrada do condomínio industrial de Corupá. (Estadual).

GARUVA

1. Constitucional

- Regularização do comércio eventual (feiras, etc). Devido às frequentes feiras (roupas, malhas, etc.) realizadas em cidades vizinhas, os comerciantes locais estão sendo prejudicados com queda nas vendas. Os produtos comercializados são de baixa qualidade e sem nota fiscal, o que causa concorrência desleal e aumenta a inadimplência local. (Estadual/Federal)

2. Comunicação

- Melhoramento da prestação de serviços na área de telefonia e internet. Falta atendimento adequado aos clientes quanto à manutenção e/ou quedas frequentes na conexão dos serviços prestados. Falta qualidade e velocidade na internet. Empresas com pouco comprometimento nos serviços. (Estadual/Federal)

3. Segurança

- Transformar o grupamento da polícia militar de Garuva em pelotão. Em face do aumento da violência e a situação geográfica de Garuva, sendo cidade de fronteira de Estado, é necessário aumentar o efetivo e a infraestrutura policial. (Estadual)

4. Infraestrutura

- Marginal da BR 101, iniciando na divisa com Joinville (localidade de Três Barras) até o trevo de Garuva. Em virtude do crescimento do município, desafogar o tráfego local da Rodovia BR 101. (Federal)

5. Saúde

- Construção de um hospital regional em Garuva para atender à região. Como Garuva está às margens da BR 101, na zona de convergência com Itapoá e Guaratuba PR, é o local apropriado para atender a região. O desenvolvimento empresarial é notório, com grande perspectiva de crescimento em todos os setores: empresarial, rodoviário, portuário e ferroviário. (Estadual/Federal)

6. Ambiental

- Licenciamentos ambientais. A demora na liberação de licenças ambientais está travando projetos empresariais previstos e projetados para a região. (Estadual)
- Licenciamentos: A decisão judicial contra a Floran, em Florianópolis, afetou todo o litoral catarinense por considerar a mata como restinga, inviabilizando qualquer licença das edificações em toda a sua extensão litorânea. (Federal)

7. Infraestrutura, Saúde e Educação

- Fiscalização de obras públicas: Tendo em vista as obras e/ou construções nos setores citados e muitas vezes tendo sido observado falhas, como se tem visto em muitos noticiários de obras não acabadas, mal feitas e com superfaturamentos com dinheiro público, sugerimos sejam indicados membros de setores privados como associações empresariais para fazer parte das comissões de fiscalização devida. (Estadual/Federal)
- Infraestrutura:
 - Aprimoramento da Lei de Licitações. Ex: BR 280 - Tendo em vista a demora para o início das obras, devido ter sido impetrado recurso no processo licitatório por empresa perdedora ou outros motivos, que haja um prazo determinado. E se o recurso for infundado, que a tal empresa seja penalizada e dado andamento no processo daquela que foi a vencedora, evitando os transtornos como os que ocorrem agora. (Estadual/Federal)
 - Estadualização da Estrada Palmeira. Pavimentação da Estrada Palmeira na divisa do município de Joinville, localidade de Rio Bonito, passando por Três Barras/Garuva com construção de ponte sobre o Rio Três Barras até a empresa Marcegaglia do Brasil. (Estadual)
- Seitur - CAT (Central de Atendimento ao Turista). Existe um convênio com o Governo Estadual e Ministério do Turismo. O município já adquiriu o terreno e aguarda o prosseguimento do projeto. Devido ao investimento de mais de um milhão de reais na compra do imóvel, o Executivo Municipal está sendo questionado sobre tal gasto, já que o projeto está parado. (Estadual).

GUARAMIRIM

1. Infraestrutura

- Duplicação da BR-280: Melhoria na mobilidade. (Federal)
- Duplicação do trecho urbano da BR 280 (Perímetro urbano de Guaramirim – WEG Tintas até divisa de Jaraguá do Sul). Infraestrutura e melhoria na mobilidade. (Estadual)
- Continuidade da SC 108 no entroncamento com a BR-280, no sentido Guaramirim - Massaranduba; melhoria na mobilidade; ampliação e melhoria nas rodovias secundárias. (Estadual)
- Contorno ferroviário – desvio das composições de carga nos centros urbanos, infraestrutura e melhoria na mobilidade urbana. (Federal)
- Projeto e execução de saneamento básico. Oferecer serviço sanitário adequado, que objetive qualidade de vida e cidadania. (Federal)
- Apoio na construção de centro cultural e parque de eventos (terreno, projetos e obra). Geração de um excelente

ambiente para realização de negócios, estímulo e desenvolvimento dos valores culturais e artísticos da comunidade. (Federal)

- Ampliação para atender a demanda de energia elétrica – Celesc. Preocupação do setor produtivo com o atendimento a pleitos importantes na atenção às demandas de fornecimento de energia elétrica para as indústrias e comunidade em geral. (Estadual)

2. Educação

- Cursos técnicos (finalização da instalação do Cedup). Ampliação da oferta e cursos para qualificação e aperfeiçoamento profissional. (Estadual)
- Apoio para inovação, pesquisa e tecnologia; melhoria da produtividade. (Federal)

3. Saúde

- Investimentos no Hospital Municipal Santo Antônio. Oferecer serviço hospitalar adequado, que objetive qualidade de vida e cidadania. (Estadual)

4. Segurança

- Investimentos em segurança pública. Valorização e melhoria da estrutura da polícia militar e civil, através da ampliação do efetivo e do sistema de vigilância eletrônica. (Estadual)
- Apoio aos bombeiros voluntários. A classe empresarial reconhece neles o patrimônio social e cultura da sociedade catarinense em defesa dos interesses da comunidade. (Estadual)

5. Tributária

- Reforma fiscal e tributária. Assumir formalmente a simplificação do sistema fiscal e o compromisso de estagnar e, conseqüentemente, reduzir a insustentável carga tributária, com redução da despesa do governo.
- Ampliar a participação dos estados e municípios na arrecadação.
- Simples: ampliação do teto anual de faturamento e atendimento a todas as atividades. (Federal)

6. Política: Reforma política

- Representatividade condizente com economia e realidade eleitoral, assim a região terá voz e voto. Construção do entendimento das forças políticas e da sociedade, se de fato estivermos voltados para o desenvolvimento regional. (Federal)

7. Judiciária

- Melhoria e aperfeiçoamento da estrutura forense na 16ª Circunscrição (Jaraguá e Guaramirim). Atendimento das demandas judiciais. (Estadual).

JARAGUÁ DO SUL

1. Infraestrutura tecnológica

- Estudo de projetos com vista à implantação de infovia, contemplando o cabeamento com fibra ótica e outros recursos para melhor desempenho das redes de comunicação de dados, estabelecendo um ambiente favorável de Tecnologia da Informação. (Estadual).

2. Infraestrutura rodoviária

- BR 280 – Duplicação do trecho urbano da divisa entre Jaraguá do Sul/Guaramirim até a rotatória de interseção do contorno da BR 280 (trecho a ser municipalizado – 8,2 Km). Projeto com contrato assinado, faltando assinatura de ordem de serviço e início de obras.
- SC 108 – Implantação da Alça de Guaramirim, conectando com a BR 280 dois trechos da mesma rodovia, entre

Breitkopf Caminhões e Figueirinha (trecho a ser implantado – 6,0 Km).

- Trechos localizados no município de Guaramirim, porém de importância microrregional.
- SC 110 – Implantação do contorno duplicado, Sul-Norte, trecho compreendido entre o Rio Cerro II até a rotatória de interseção (Nereu Ramos) do contorno da BR 280 (Leste-Oeste) - trecho a ser implantado – 10,5 Km; aprovado no CDR (Conselho de Desenvolvimento Regional) 24ª Região, em reunião do dia 24/4/2014. (Estadual)

MASSARANDUBA

1. Infraestrutura tecnológica

- Estudo de projetos que visam à implantação de infovia, contemplando o cabeamento com fibra ótica para melhorar a conexão da internet e outros recursos para melhor desempenho das redes de comunicação de dados. (Estadual)

2. Energia Elétrica

- Estudos de projetos para que o abastecimento de energia elétrica a algumas regiões da cidade de Massaranduba seja realizado por Jaraguá do Sul e não por Blumenau, como é feito atualmente.

3. Infraestrutura rodoviária

- BR 280 – Duplicação do trecho urbano da Divisa entre Jaraguá do Sul/Guaramirim até a rotatória de interseção do contorno da BR 280 (trecho a ser municipalizado – 8,2 Km). Projeto com contrato assinado, faltando assinatura de ordem de serviço e início de obras.
- SC 108 – Implantação da Alça de Guaramirim, conectando com a BR 280 dois trechos da mesma rodovia, entre Breitkopf Caminhões e Figueirinha (trecho a ser implantado – 6,0 Km).
- SC 108 – Implantação de um trevo de acesso entre a Rua Anélio Nicocelli à SC 108 e melhorias na sinalização da mesma.
- Trechos localizados no município de Guaramirim, porém de importância microrregional.
- SC 108 – Recuperação da pavimentação asfáltica da SC 108 que liga os municípios de Guaramirim e Massaranduba. (Estadual)

SÃO FRANCISCO DO SUL

1. Infraestrutura

- Duplicação da BR 280 – Tendo em vista os diversos acidentes ocorridos que vitimaram inúmeras vidas em função das deficiências na BR 280, solicitamos a duplicação da BR.

SCHROEDER

1. Educação

- Implantar a disciplina de empreendedorismo nas escolas estaduais. Despertar o interesse dos jovens em empreender, possibilitando maior número de empresas. (Estadual).

2. Administrativo

- Concluir a instalação do escritório da Fatma em Jaraguá do Sul (equipe funcional e operacional). Agilizar a liberação de projetos ligados a esse órgão. (Estadual)

- Reduzir os gastos com pessoal e estrutura, tanto na esfera estadual como federal. Aplicar maior valor em infraestrutura e reduzir a carga tributária. (Estadual/Federal)

3. Infraestrutura

- Liberar a verba para conclusão do asfalto ligando o município de Schroeder, pelo bairro Schroeder I, com a Rodovia do Arroz, em Guaramirim (incluir a construção de um trevo/viaduto). Melhorar a mobilidade e logística de escoamento da produção e trânsito de veículos, ganhando agilidade e segurança nessa rodovia. (Estadual)
- BR 280 – Ponte do Portal. Melhorar a mobilidade e logística da região. (Estadual/Federal)

4. Saúde

- Atender as demandas de investimentos nos hospitais da região de Jaraguá e Guaramirim, bem como investir no município de Schroeder, também na área da saúde. Possibilitar aos usuários o atendimento digno. (Estadual/Federal)

5. Segurança

- Atualização constante e adequada de policiais, viaturas e demais necessidades das polícias civil e militar. Manter os moradores em segurança. (Estadual/Federal)
- Ter estrutura mínima necessária para atendimento 24 horas na polícia civil de Schroeder. Atender as necessidades da população. (Estadual/Federal)



CAMPO ALEGRE

1. Infraestrutura

- Fibra Óptica. Melhora do desempenho do tráfego de dados, voz e internet. (Federal/Estadual)
- Asfaltamento de via pública Centro-Fragosos. Aumento da mobilidade urbana, com a melhor trafegabilidade e segurança no escoamento de produção da região. (Estadual)
- Rede de esgoto sanitário e seu tratamento. Atendimento necessário à população campoalegrense em razão do adensamento populacional urbano. (Federal/Estadual)
- Aterro sanitário. Destinação dos resíduos sólidos e líquidos e outros rejeitos do município. (Federal/Estadual)
- Mobilidade urbana. Implantação do plano viário do município com ênfase ao transporte urbano. (Federal/Estadual)
- Rede de água municipal. Expansão da rede de água no município, com ênfase na prestação do serviço nos bairros. (Federal/Estadual)

2. Saúde

- Hospital São Luiz. Atendimento e infraestrutura para especialidades médicas, como ginecologia, pediatria e geriatria. (Federal/Estadual)

3. Educação

- Escola de esportes. Implantar a prática esportiva nos níveis escolares e para adultos em diversas modalidades. (Federal/Estadual)

4. Centro de Eventos

- Criação de local para a realização da Festa da Ovelha, Festival de Inverno e outras iniciativas no município. (Federal/Estadual)

CANOINHAS E TRÊS BARRAS

1. Infraestrutura

- Expansão da rede de gás natural via gasoduto. A vinda do gás natural para a região garantirá competitividade às empresas aqui instaladas e deverá trazer novos investimentos para os municípios localizados no traçado da rede de distribuição, por se tratar de recurso energético competitivo. Nossa região está carente de novos empreendimentos e sem uma estrutura eficiente continuaremos sendo a região mais oprimida do Estado. (Federal/Estadual)
- Aeroporto de Três Barras: Urgência na continuidade do processo de ampliação e modernização do aeroporto de

Três Barras. O projeto está sendo desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). (Federal/Estadual)

- Saneamento básico. Liberação de recursos para projeto de execução e implantação de saneamento básico para Canoinhas e Três Barras. (Federal/Estadual)
- Definição de traçado da ferrovia leste / oeste (Ferrovia do Frango). A definição do traçado, que passa pelo Planalto Norte catarinense, se faz necessária para dar continuidade à tão importante meio de transporte e escoamento de cargas com menor custo e maior segurança. (Federal)
- BR 280 - trecho Corupá a Porto União. Inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 3) para possível melhorias com eliminação de pontos críticos. (Federal)
- Rodovia SC 477 trecho Canoinhas/Major Vieira/BR 116. Urgente recuperação e revitalização da malha viária, com a eliminação de pontos críticos. (Estadual)
- Duplicação da SC 303 trecho Canoinhas / Três Barras. Duplicação do km 01 ao km 10, da SC 303 trecho Canoinhas / Três Barras, considerando o alto fluxo de veículos e caminhões de carga da área urbana de ligação intermunicipal. (Estadual)
- Melhorias na disponibilidade e distribuição de energia elétrica. Implantação de nova subestação da Celesc com capacidade para atender a demanda dos municípios da microrregião (Canoinhas, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira, Papanduva e Itaiópolis). (Estadual)

2. Segurança

- Comando regional da polícia militar em Canoinhas. Implantação / ativação do comando regional da polícia militar em Canoinhas. (Estadual)

3. Política

- Revogação do Decreto nº 8.243, de 23 de Maio de 2014. Tal decreto “Institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS)”, onde o PNPS tem objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil. Enquanto o SNPS, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, será integrado pelas instâncias de participação social. O texto do decreto estabelece que os respectivos conselhos e comissões de políticas públicas podem se manifestar sobre qualquer tema que transcorre nos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), tendo o mesmo poder do Legislativo. (Federal)
- Reforma política. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), temos no Brasil 32 partidos políticos devidamente registrados. A redução no número de partidos para, no máximo, três tornaria mais eficiente a gestão política em nosso país e certamente aumentaria a credibilidade dos cidadãos no sistema partidário. No cenário político atual podemos observar vários partidos sem ideologia ou compromisso com a sociedade, que foram criados apenas para facilitar as eleições de determinados candidatos, ou ainda dar visibilidade ao sujeito. (Federal)

ITAIÓPOLIS

1. Infraestrutura

- Término da SC 270, ligação asfáltica de Itaiópolis a Doutor Pedrinho. Redução significativa da distância entre o Planalto Norte e o Vale do Itajaí. (Estadual)
- Aeroporto regional para voos comerciais. Facilidade de deslocamento. (Federal)

2. Saúde

- Criação do hospital regional em Mafra ou Canoinhas. Rapidez no atendimento de casos complexos e aumento de especialidades clínicas com profissionais de qualidade. (Estadual)

3. Educação

- Faculdade federal no Planalto Norte de Santa Catarina. Possibilidade de graduação a muitos jovens da região. (Federal)

4. Segurança

- Aumento de efetivos, equipamentos e viaturas para polícia militar de Itaiópolis. Melhorar a segurança municipal. (Estadual)

5. Tributária

- Redução da carga tributária. Estimular a produção. (Federal)

PORTO UNIÃO

1. Infraestrutura

- Contorno da rodovia que liga a BR 280 à BR 253. Projeto de desvio do trânsito que passa pelos dois maiores bairros de Porto União, danificando a pavimentação asfáltica e a estrutura das edificações. Além de colocar em risco a integridade física dos municípios, desmobiliza o comércio local e onera o município e os proprietários com a conservação. (Federal)
- Limite de velocidade 110 KM. Projeto de aumento de velocidade veicular para 110 Km/h na rodovia BR 280, pois foi federalizada e permanece com limite de 80 Km/h. (Federal)
- Aeroporto regional Planalto Norte. Projeto de estruturação de um aeroporto regional para melhoria da mobilidade regional. (Federal)
- Plano de contingência com relação a desastres naturais (enchentes). Estudos e projetos que amenizem o problema e equipamentos para a defesa (camionetes, barcos, etc). (Estadual/Federal)

2. Educação

- Universidade Federal na fronteira Sul - Planalto Norte. Implantação da Universidade Federal para acesso ao ensino superior dos estudantes mais carentes. (Federal)

3. Saúde

- Centro Hemodinâmico de Cardiologia. Projeto de viabilidade para Centro de Saúde, visto que os pacientes precisam ser encaminhados para Joinville ou até Curitiba, com distância de 300 km. (Federal)

RIO NEGRINHO

1. Infraestrutura

- Plano de Contingência com relação ao desastre natural – enchentes. Em função das cheias que ocorrem com frequência no perímetro central da cidade de Rio Negrinho e que acarretam prejuízos, pleiteamos: estruturação de uma defesa civil condigna com a situação; estruturação de apoio em caso de cheias; estudo, projetos e equipamentos que amenizem os problemas de enchente. Diques, barragens, dragagem monitorada do Rio Negrinho e seus afluentes. (Estadual/Federal)
- BR 280 – viabilidade do contorno no perímetro urbano. Em função do crescimento populacional e o aumento no número de veículos, solicita-se o desenvolvimento de projeto estrutural e implementação. (Federal)
- Aeródromo para aeroporto. Em função do crescimento de veículos, problemas de mobilidade e investimentos em infraestrutura de rodovias, com um aeródromo local solicita-se a elevação para a categoria de aeroporto, buscando recurso para transformá-lo comercialmente viável. (Federal)

2. Educação

- Desenvolvimento cultural ocupacional. Em função da falta de mão de obra e necessidade de preparação do mercado de trabalho junto aos adolescentes entre 14 e 16 anos que não podem laborar, qualifica-se o pedido para a criação de capacitações à referida faixa, como o Projeto Pescar. Através de incentivo junto ao Fundo de

Infância e Adolescência, pode-se aprimorar projetos no tocante à melhoria dos valores éticos morais e ocupacionais. (Estadual/Federal)

3. Saúde

- Hospital com especialidade. Tendo hoje Rio Negrinho uma edificação hospitalar condigna, com pouco menos de dez anos de uso e estrutura qualificada, pode ser utilizada para alguma especialidade, a fim de atender a regional do Planalto Norte e Norte de Santa Catarina. (Estadual/Federal)

SÃO BENTO DO SUL

1. Infraestrutura

- É premente a necessidade de duplicação da rodovia BR 280 do Porto de São Francisco do Sul até Jaraguá do Sul. Entretanto, há necessidade também de estender até Corupá, cujo tráfego é, em grande parte, de deslocamento urbano, havendo permanente congestionamento e prejudicando o escoamento de produtos até o Porto declinado. (Federal)
- É urgente a solução do contorno da BR 280 na cidade de Rio Negrinho. Todo tráfego leve e pesado do Sudoeste do Paraná e de todo Nordeste de Santa Catarina passa por ali. A confusão estabelecida pelo tráfego local urbano e do proveniente de cargas é por demais moroso e perigoso. (Federal)
- Amplia-se o problema regional de conurbação entre a cidade de São Bento do Sul e a localidade de Fragosos, distrito de Campo Alegre em direção à BR 116, para Curitiba. São 8 Km até a divisa que, necessariamente, têm que ser duplicados, face ao conflito do tráfego urbano com o de cargas. Outra alternativa é construir nova via duplicada até a divisa com Rio Negro (PR). Esta é uma questão estadual, mas estabelece ligação com o estado do Paraná e centro do País. (Estadual)
- Aceleração do projeto de recuperação do porto de Itajaí, finalizando com a reativação de todos os berços e com calado adequado. (Federal)

2. Tributário

- Sugerimos banir os impostos de PIS/Cofins e ICMS para investimentos, reivindicação antiga também das entidades empresariais. Devem ser no mínimo creditados de imediato na conta gráfica. Atualmente os créditos são diferidos por meses, até 48. (Federal)
- Atualmente o excesso de créditos de PIS /Cofins das empresas que exportam, as quais têm o legítimo direito de usufruí-los, somente estão sendo obtidos via justiça. Por incrível que pareça, essa é uma sugestão da própria receita. Mantém-se a situação crítica da retenção de créditos tributários decorrentes da exportação. Ratifica-se registro de profissionalismo dos servidores federais da delegacia competente, entretanto a falta de estrutura para atender a demanda é evidente e já conhecida de Vossa Excelência. As demandas judiciais com altos custos processuais e honorários subvertem os procedimentos ordinários da Delegacia, que atende preferencialmente quem se sujeita a pagar, preterindo outros credores. (Federal)

3. Moveleiro

- Redução do ICMS interno de 17% para 12%, tal como fez o estado de São Paulo e outros estados. (Estadual).
- Móvel como bem de capital. O decreto 4.155, de 15/01/2004, objetiva diminuir a carga tributária de produtos de bens de capital, quando destinados a integrar o imobilizado de outra empresa para que passe a gerar mais negócios. Pela norma, o governo ampliou a lista, atendendo a reivindicações de diversos setores da indústria nacional, reduzindo ainda mais a alíquota, que hoje é zero, para as NCM constantes do decreto. Entretanto, a indústria de móveis não é contemplada em nenhum momento, pois fornece para empresas que se enquadram na compra de bens de capital, móveis para mobiliar seus estabelecimentos, com o intuito de melhorar seus negócios, sendo legítimo o pedido para que a NCM 9403.60.00 - outros móveis de madeira, hoje já utilizada para venda de móveis que integrarão o ativo imobilizado do lojista, seja isento do IPI. (Federal)

4. Saúde

- Classificar o Hospital e Maternidade Sagrada Família como referência na microrregião de São Bento do Sul, Rio

Negrinho e Campo Alegre. Há necessidade do credenciamento de procedimentos de alta complexidade, como ortopedia e outros procedimentos que não são realizados por impedimentos das normas do SUS. Também são necessários recursos na ordem de R\$ 2,5 milhões para a execução do projeto da nova obstetrícia, maternidade e pediatria, projeto já aprovado pela Vigilância Sanitária do Estado.

- Também há a necessidade de ampliação da modernização do Hospital com a construção de uma nova ala de sete andares, que somente em obras civis, a preços atuais, atingem o valor de R\$ 8 milhões, suprimindo a região pelo menos nos próximos 15 anos. (Federal/Estadual)

5. Gestão administrativa

- Fica formalizado o pedido no sentido de ressuscitar o Ministério da Desburocratização para minimizarmos este novelo de leis, normas, portarias, muitas superpostas. Deveria ser um órgão vinculado à Presidência da República, com efetivo poder de melhorar esta terrível herança de nossa origem lusitana. (Federal)
- Solicitação de alteração da velocidade de 100 km para 120 km na BR 101. (Federal)
- Solicitar, via Anatel, a ampliação da telefonia celular nas áreas não cobertas pelas empresas na região da Serra Dona Francisca e Serra do Mar, em Corupá, e suprir os municípios de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre de mais acessos à internet banda larga. (Federal)
- Isenção do pagamento das taxas cobradas pelo Ibama, através do CTF (Cadastro Técnico Federal), visto que o licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras é realizado através do órgão ambiental estadual através da Fatma, ocorrendo neste ato o pagamento de taxas similares. (Federal)
- Instalação de balanças rodoviárias para a preservação das estradas em Santa Catarina. (Federal)
- Renegociar o preço do gás em função de alterações no contrato de concessão. (Federal/Estadual)
- Apoio ao projeto de lei federal na área ambiental para que cada estado normatize suas regras no que for cabível em função da constituição, principalmente nas áreas que se denominam consolidadas no que se refere à distância de áreas que podem ser ocupadas até os rios. (Federal/Estadual)

6. Trabalhista

- INSS – Decreto Nº 6.042/07. O declinado decreto institui a sistemática temerária de classificação das lesões por esforço repetitivo como responsabilidade do empregador, convertendo a doença em acidente do trabalho por procedimentos meramente administrativos, mediante à identificação do nexo entre o trabalho e o denominado “agravo” do segurado, resultado de aplicação de tabela do Nexo Técnico Epidemiológico (NTE). Na regra do decreto, reconhecida pela perícia médica do INSS a incapacidade para o trabalho e o referido nexos que resulta de mera classificação genérica das atividades da empresa, está caracterizada a relação do agravo com o trabalho, passível de impugnação no prazo de 15 dias. A perda deste exíguo prazo implica em impossibilidade de arguição de “não responsabilidade” na esfera judicial, merecendo tratamento legislativo controlador e regulamentador imediato. (Federal)
- Jornada de trabalho - Permanência da jornada de trabalho de 44 horas semanais. (Federal)
- Lei de Cotas para pessoas com deficiências – Alterar o percentual de obrigatoriedade de deficientes a serem empregados de acordo com o novo recenseamento de âmbito regional, tal como está sendo realizado pelo Senai-SC. O mesmo indica que o percentual é de menos de 1/5 de disponibilidade deste tipo de mão de obra, muito inferior à média nacional do IBGE, que foi a base para a lei. (Federal)



LAGES

1. Infraestrutura

- Conclusão do aeroporto regional de Correia Pinto. A conclusão deste aeroporto é de grande importância para o desenvolvimento da região da Serra Catarinense, visto que muitas empresas deixam de se instalar por falta de voos regulares. (Estadual)
- Revitalização do centro de Lages. Necessitamos da total participação do Governo do Estado para a liberação do espaço do Colégio Aristiliano Ramos para construção de praça e revitalização do centro de Lages. (Estadual).
- Rótula na intersecção do acesso a Lages na SC 114. Facilitar o tráfego e evitar assaltos que ocorrem naquele local. (Estadual)
- Aquisição de área física e infraestrutura para criação de áreas industriais. A criação de áreas industriais facilitará a vinda de novas empresas, bem como a ampliação das empresas já instaladas em Lages. (Estadual)
- Energia elétrica. Solicitar à Celesc a realização de estudos de viabilidade para aumento da carga de energia elétrica, pois com a implantação de novas empresas em Lages o consumo deverá aumentar. (Estadual)
- Estradas da Coxilha Rica. Recuperação e asfaltamento das estradas da Coxilha Rica, extremamente importante para o desenvolvimento turístico e econômico da região. (Estadual)

2. Segurança

- Câmeras de Monitoramento. A instalação de novas câmeras de monitoramento é extremamente necessária para ampliar a segurança da população. (Estadual)

3. Educação

- Colégio Militar. A implantação do colégio militar em Lages trará mais pessoas para o município, gerando mais recursos para o comércio local. (Estadual)
- Curso de Medicina na Udesc/CAV. A implantação do curso de Medicina no CAV é uma necessidade importante para a região, além de gerar mais recursos para o comércio local. (Estadual)

4. Saúde

- UTI Cardiológica. A implantação de uma UTI Cardiológica no Hospital Nossa Senhora dos Prazeres é importante para toda região, evitando que muitos pacientes se desloquem a Rio do Sul para ter atendimento cardiológico. (Estadual)

5. Turismo

- Divulgação da Serra Catarinense. A divulgação da Serra Catarinense e de suas belezas atrairá mais turistas para a região, gerando mais recursos para o comércio local. (Estadual)



CAÇADOR

1. Tributária

- Desoneração da folha de pagamento. O crescente ambiente competitivo exige que as empresas e as políticas públicas encontrem formas de fomentar o desenvolvimento empresarial. Os altos custos com folha de pagamento impedem o crescimento da base de mão de obra, tão necessária para alicerçar o crescimento da atividade de empresas no Estado e no País. (Federal)

2. Infraestrutura

- Melhoria, ampliação, recuperação, remodelação e manutenção da malha rodoviária nas rodovias: BR 282, BR 101, BR 153, BR 470, BR 163, BR 158, BR 280 e BR 116. Canais de escoamento da produção da região, os altos custos de transporte, em função das precárias condições das estradas, têm encarecido o produto final. Além disso, o número de mortes nas rodovias catarinenses está entre os maiores do País. (Federal)
- Reestruturação das redes de energia e propostas diferenciadas de tarifas por região. Com a crescente demanda por energia elétrica existe a necessidade de um novo planejamento que considere ainda um tratamento diferenciado quanto à tarifação, uma vez que a energia cobrada no Brasil está entre as mais caras do mundo. (Estadual)

3. Políticas públicas

- Reforma trabalhista. Com o advento da inovação e da mudança nas relações de trabalho, nossa legislação trabalhista é ultrapassada e privilegia direitos em detrimento de deveres, gerando alta rotatividade nas empresas. (Federal)

4. Educação

- Introdução de disciplinas de educação financeira e empreendedorismo nas escolas. O objetivo é introduzir, nas séries iniciais, informações básicas que farão o estudante administrar melhor seu dinheiro, bem como descobrir o processo empreendedor. (Estadual)

5. Segurança

- Aparentamento das polícias. Com objetivo de tornar mais intensiva a presença das polícias nas ruas, combatendo crimes e aumentando a sensação de segurança das pessoas. (Estadual/Federal)

6. Políticas públicas/Educação

- Programa de estímulo à inovação. Aproximar a relação entre empresa/escolas/universidades através da cooperação capaz de gerar inovação. (Estadual/Federal)

CAPINZAL

1. Infraestrutura

- Revitalização da Rodovia SC – 155 no trecho que compreende o município de Ouro até o município de Piratuba e do trevo de acesso à Piratuba até a empresa BRF – Brasil Foods, no Plano Plurianual PPA 2012-2015 e na Lei Orçamentária – LOA 2015, em prol dos municípios de Capinzal, Ouro, Zortéa e Piratuba. O objetivo é desafogar o tráfego intenso de veículos leves e pesados que circulam diariamente, ocasionando, além da depreciação do asfalto, o congestionamento no centro de Capinzal e o acesso do município de Ouro. Os principais fatores que motivam a revitalização do referido trecho: escoamento da produção agropecuária, melhoria da qualidade de vida da população atendida de forma direta e indireta, investimentos e turismo. (Estadual)
- Pavimentação asfáltica da estrada de ligação da Rodovia SC 150 ao distrito de Alto Alegre e às comunidades de Linderberg e Capitel Santo Antonio, no Plano Plurianual PPA 2012-2015 e na Lei Orçamentária - LOA 2015. A obra fomentará o movimento econômico pela facilidade de escoamento da produção e pelos novos empreendimentos que certamente irá atrair. Nas comunidades que envolvem o trecho, destaca-se a considerável produção agrícola e industrial, que muito contribui para a geração de trabalho e renda e, conseqüentemente, com a arrecadação de tributos para o município e estado. (Estadual)
- Construção da segunda ponte, em área central, de acesso entre os municípios de Ouro e Capinzal. Esses municípios vizinhos possuem duas pontes de acesso. A ponte Irineu Bornhausem comporta o fluxo de pessoas, de veículos pequenos, caminhões e ônibus e a ponte pênsil Mathias Michelizza com vão livre comporta apenas tráfego de pessoas. O número de veículos licenciados na cidade aumentou significativamente nos últimos anos, gerando grande congestionamento em vários horários na travessia da Ponte Irineu Bornhausem, engarrafamento e falta de segurança aos usuários da mesma. (Estadual/Federal)
- Anel viário de Ouro e Capinzal. Além da situação geográfica que enfrentam, o crescimento dos últimos cinco anos fez com que os municípios se tornassem insuportáveis, passando a ter, muitas vezes, visitas que no final se tornam um caos, devido ao trânsito, prejudicando a população e visitantes. A proposição já foi aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Regional. O projeto estrutural está pronto e o Governo do Estado já dispõe do orçamento e licitação. Falta a assinatura da ordem de serviço do contrato para iniciar os trabalhos e agilidade para a implantação do anel viário. (Estadual)

2. Segurança

- Construção de um complexo policial no município de Capinzal a fim de abrigar, conjuntamente, as instalações e sede de operação das polícias civil e militar, com elevação da delegacia de polícia da comarca de Capinzal em Delegacia Regional de Polícia (DRP). Os apontamentos foram apresentados em audiência pública realizada no dia 26 de setembro de 2013, com a participação de mais 300 pessoas representadas por lideranças locais e regionais, entidades civis legalmente constituídas, partidos políticos, sindicatos, poder judiciário, ministério público, polícia civil e militar, corpo de bombeiros e pela população em geral. (Estadual)

3. Saúde

- Apoio ao projeto de readequação do Hospital Nossa Senhora das Dores, localizado em Capinzal. O hospital é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, localizado em Capinzal desde 1947 e atende os municípios de Capinzal, Ouro, Zortéa e regiões que possuem população aproximada de 31 mil habitantes. O apoio ao projeto, além de oferecer melhorias, diversificaria e agilizaria o atendimento, evitando transferências e garantindo o funcionamento do hospital na região. (Estadual)

4. Tributária e desenvolvimento econômico.

- Promover as devidas alterações na legislação a fim de se reconstituir a justiça fiscal, financiadora da justiça social em relação ao índice de retorno do ICMS para o município de Capinzal pela atuação da empresa BRF Brasil Foods S/A. Até o ano de 2005, a BRF Brasil Foods S/A, então denominada Perdigão Agroindustrial S/A, manteve uma logística que determinava a venda de seus produtos, principalmente os destinados ao exterior, diretamente pela unidade produtora em Capinzal. Essa organização efetivava o lançamento do valor adicionado dos produtos fabricados em Capinzal, para fins de cálculo do ICMS, integralmente para o município. Com a mudança em seu processo de armazenagem e embarque, passou a transferir os produtos fabricados para unidades de estocagem em Itajaí e efetuar a venda por este município. O índice de retorno de ICMS de Capinzal passou a diminuir, ano após ano. Sendo a produção originada em Capinzal, todo o serviço público necessário à

consecução deste objetivo, ainda que indiretamente, como oferta de creches, pré-escolas, escolas, serviços de saúde e infraestrutura, consumidos pela empresa e seus colaboradores, se mantiveram e foram ampliados. Desta forma, Capinzal não terá condições de manter os serviços públicos sem receber a condição financeira para garanti-los. A redução de ICMS fez Capinzal cair da 21ª colocação para a 35ª entre os municípios que mais recebem retorno de ICMS em Santa Catarina. (Estadual/Federal)

JOAÇABA

1. Infraestrutura

- Aeroporto Santa Terezinha. Efetivar a ampliação e revitalização do Aeroporto Santa Terezinha de Joaçaba, transformando-o em aeroporto regional. O projeto já está em estudo avançado junto à Secretaria de Aviação Civil (SAC), por intermédio do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa), mas ainda não foi finalizado e aprovado. Este investimento está contemplado no Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos, anunciado em dezembro de 2012, mediante Decreto n. 8.024, de 04 de junho de 2013, o qual regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil. Também faz-se necessária a alteração no Plano Aeroviário do Estado de Santa Catarina (Paesc), da categoria do Aeroporto Santa Terezinha de Joaçaba, de Local para Regional. (Federal)
- Duplicação da BR 282: Duplicar a BR 282, rodovia federal que liga o Meio-Oeste com todas as regiões de Santa Catarina, nos termos de estudos já realizados e divulgados pela Facisc e Fiesc. Sugerimos que sejam implantados, no perímetro urbano dos municípios do Meio-Oeste, ruas marginais, trevos, viadutos e passarelas, como no trecho entre os distritos industriais de Joaçaba e Herval d' Oeste. (Federal)
- Ferrovia da Integração - Leste/Oeste: A Ferrovia da Integração Leste/Oeste ligará os extremos do Estado, sendo estratégica para a integração e o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina e do Brasil, sendo debatida e defendida por toda a sociedade catarinense desde 2010. Considerando que em Santa Catarina nenhum projeto ferroviário foi incluído no PIL (Programa de Investimentos em Logística) e no PAC, é necessária a inclusão da Ferrovia da Integração no PIL e no PAC das Concessões Ferroviárias Brasileiras ainda em 2014. (Federal)
- Contorno viário: Elaborar o projeto, definir o cronograma e executar a obra. O traçado deverá passar pelos municípios de Joaçaba, Luzerna e Herval d' Oeste, impactando na melhoria significativa da mobilidade urbana e economia de toda a região do Meio-Oeste. (Estadual)

2. Saúde

- Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST). O Hospital Universitário Santa Terezinha é referência para mais de 60 municípios no entorno de Joaçaba, atendendo, em média, 30 mil pessoas por ano. Para que mantenha as condições seguras de atendimento e qualidade operacional são necessários investimentos para ampliação, revitalização, aquisição de equipamentos e instalação de novas fontes de energia, de modo a garantir prestação de serviço de alta complexidade, de forma sustentável. (Estadual)

3. Educação/Desenvolvimento empresarial

- Pólo de inovação Inovale: Garantir recursos financeiros para implementar e fortalecer o funcionamento do pólo, mediante políticas de incentivo, de acordo com eixos e áreas temáticas propostas. (Estadual)

OURO

1. Infraestrutura

- Readequação e revitalização da SC 150, trecho entre os municípios de Ouro e Lacerdópolis. A SC 150, trecho entre os municípios de Ouro e Lacerdópolis, é um importante corredor de escoamento de nossa produção, sendo margeada por várias comunidades rurais. A rodovia precisa de adequações, pois não existe acesso (e nem recuo) a nenhuma comunidade. Precisamos também adaptar mecanismos para redução de velocidade, bem como melhorar a sinalização da mesma. (Estadual)

- Construção da segunda ponte, em área central, de acesso entre os municípios de Ouro e Capinzal. Esses municípios vizinhos possuem duas pontes de acesso. A Irineu Bornhausem comporta o fluxo de pessoas, veículos pequenos, caminhões e ônibus e a Mathias Michelizza, ponte pênsil com vão livre, comporta apenas tráfego de pessoas. O número de veículos licenciados em nossa cidade aumentou significativamente nos últimos anos, o que gera um grande congestionamento em vários horários na travessia da Ponte Irineu Bornhausem, causando engarrafamento e falta de segurança aos usuários da mesma. (Estadual/Federal)
- Anel Viário. Além da situação geográfica que Ouro e Capinzal enfrentam, o crescimento dos últimos cinco anos fez com que os municípios se tornassem insuportáveis, passando a ter, muitas vezes, visitas que no final se tornam um caos, devido ao trânsito, prejudicando a população e visitantes. A proposição já foi aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Regional. O projeto estrutural está pronto e o Governo do Estado já dispõe do orçamento e licitação feita. Falta a assinatura da ordem de serviço do contrato para iniciar os trabalhos e agilidade para a implantação do Anel Viário. (Estadual)

SALTO VELOSO

1. Infraestrutura

- Asfaltamento da Rodovia SC 453 - Salto Veloso/Herciliópolis. Obra iniciada há mais de dois anos e meio - tendo expirado o prazo de conclusão - encontra-se aproximadamente 60% concluída e há mais de 90 dias paralisada. (Estadual)
- Melhoria do sistema de telefonia móvel do município. Salto Veloso foi contemplado com a torre celular da TIM há mais de cinco anos, mas os serviços são de péssima qualidade, apresentando ruídos, frequentes quedas de sinal e eco nas ligações. (Estadual)
- Asfaltamento do acesso Salto Veloso/Treze Tílias. Foi apresentado projeto para asfaltamento de aproximadamente 14 km de Salto Veloso a Treze Tílias, mas não obteve-se resposta até a presente data. (Estadual)
- Melhorias da rede de energia elétrica. Frequentes quedas de energia que vêm acarretando prejuízo às empresas e aos usuários. (Estadual)

2. Segurança pública

- Aumentar o quadro de policiais militares e civis do município. (Estadual)

3. Tributária

- Retorno ICMS. Adequação da legislação do ICMS para que os produtos produzidos gerem movimento econômico ao município produtor ou onde foram industrializados. Atualmente é feito repasse para as cidades portuárias com preço de custo, gerando movimento econômico para aquela cidade. (Estadual)
- Estudo sobre aplicação da lei nº 3.938. O estado de Santa Catarina vem notificando as empresas que não atingem os índices de lucro estabelecido pelo próprio estado (denominado concorrência desleal). A tabela não condiz com os lucros auferidos pelo estabelecimento, que chegam até 60% - inaplicável nos dias atuais. (Estadual)

TANGARÁ

1. Infraestrutura

- Duplicação das rodovias. (Estadual/Federal)
- Energia elétrica. Aumento no fornecimento de energia elétrica para evitar quedas constantes nas indústrias e comércio. (Estadual)

2. Turismo

- Incentivo ao turismo. Desenvolvimento econômico regional e estadual. (Estadual/Federal)

3. Desenvolvimento

- Implantação da região metropolitana para desenvolvimento dos municípios da região. (Estadual)

VIDEIRA

1. Saúde

- Centro de Oncologia na região do Vale do Rio do Peixe. Laboratórios de análise e tratamento radioterápico e quimioterápico. As radioterapias mais próximas são em Chapecó, Curitiba, Blumenau e Florianópolis. Quimioterapias também são poucas. (Federal/Estadual)

2. Infraestrutura

- Duplicação da BR 282 e 470. É um importante eixo de escoamento de produção. Obra que atenderá a demanda dos próximos 50 a 70 anos. (Federal)
- Zona Franca na região do Vale do Rio do Peixe. Com a litoralização dos meios de produção para manter a pujança econômica do Meio-Oeste, é importante fomentar novos meios de desenvolvimento econômico. (Federal)
- Ferrovia Oeste-Leste (do Frango). Importante que seja construída pelo centro do Estado, cortando de Oeste para Leste, pois devido à pequena extensão de largura de Santa Catarina, todos os municípios, até chegar ao Vale do Itajaí, estariam a menos de 150 km de distância da ferrovia. (Federal)
- Ramal ferroviário que liga Maracaju (MS) a Mafra (PR) (projeto da Ferrovia do Grão). Um ramal de ligação da ferrovia quem vem de Maracaju até Mafra (próximo a Guarapuava) trará grãos do Brasil central não apenas para exportação, mas também para as agroindústrias do Oeste do Estado. (Federal)
- Aeroporto Regional do Meio Oeste. União dos municípios para que seja construído apenas um aeroporto regional a ser implantando no Meio Oeste, que atenda as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRS) de Caçador, Videira, Curitibanos, Campos Novos, Joaçaba e Lages. De forma a ficar o mais central possível e em uma localidade que tenha clima e relevo favorável ao tráfego aéreo, bem como estrutura de acesso rodoviário que permita aos municípios vizinhos acessá-la. Não pode ser uma decisão política, tem de ser essencialmente técnica (melhor localização e melhores condições operacionais). (Estadual)
- Centro de Recebimento de Hortifrutigranjeiros (Ceasa). Toda a produção da região essencialmente agrícola é exportada para São Paulo ou Curitiba e depois retorna para nossos supermercados. (Federal/Estadual)
- Instalação de um pólo industrial de grande porte na região do Meio Oeste. Fomentar a implantação de indústrias de tecnologia e de grande porte na região com capacidade de geração de alto índice de valor agregado, voltadas à exportação e mercado interno, de forma a fomentar conhecimento e desenvolvimento. (Estadual)
- Centro de Armazenagem de Grãos do Governo Federal (Conab). Uma unidade de recebimento e armazenagem de grãos da Conab para regulamentar estoque e demanda próxima aos centros consumidores do Oeste (grandes agroindústrias). (Federal)

3. Educação

- Instalação de um pólo tecnológico (cluster de inovação) na região do Vale do Rio do Peixe.
- Implantar na região do Meio Oeste uma unidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ou da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) com cursos de formação superior nas áreas de Tecnologia, Engenharia e Medicina e um centro voltado para a Tecnologia e Pesquisa. (Federal/Estadual)

ZORTÉA

1. Infraestrutura

- Pavimentação – recapeamento e melhorias no Trecho da BR 470, entre a divisa de Santa Catarina e o trevo de acesso da Vargem (SC). A grande quantidade de veículos que transitam pela rodovia aliada às más condições

encontradas nas estradas do Rio Grande do Sul fazem com que o trecho sofra com grandes buracos e pista altamente perigosa, sendo registrados grandes danos aos veículos e acidentes em decorrência das péssimas condições de trafegabilidade. (Federal/Estadual)

2. Financeira/administrativa

- Aplicação na íntegra da Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, alterada pela Lei nº 10.006/1995 e posteriores, para os municípios lindeiros das barragens da região da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina (Amplasc) e da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (Ammoc). A intenção é fazer com que os municípios atingidos pelas construções das barragens das associações possam firmar convênios com o Governo do Estado, através do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro, no intuito de reverter um pouco a situação prejudicial da qual sofrem pela criação dos reservatórios. (Estadual)
- Revisão da distribuição do valor adicionado de ICMS pela geração de energia nos municípios das regiões da Amplasc e da Ammoc. Executar revisão na legislação estadual que versa sobre a distribuição do ICMS arrecadado pela geração de energia elétrica produzida pelos municípios atingidos pelas usinas hidrelétricas das regiões das associações. A distribuição deve ser efetuada pela quantidade/proporção de área atingida por município, não ficando a totalidade da receita/retorno do ICMS para a região onde está instalada a usina, bem como ampliar esta discussão para a questão do ISS. (Federal/Estadual)



CHAPECÓ

1. Infraestrutura

- Infraestrutura da região Oeste de Santa Catarina com destaque para a duplicação da BR 282 e da BR 470. Redução do número de acidentes/mortes; aumento da competitividade do Oeste – escoamento da produção. (Federal)
- Imediata construção da Ferrovia da Integração, que ligará Itajaí a Dionísio Cerqueira, e da Ferrovia Norte-Sul, que ligará Chapecó ao Mato Grosso do Sul. Alguns benefícios das obras: insumos em quantidade com preços competitivos vindos do Centro Oeste do Brasil; permanência das agroindústrias na região, aumento da competitividade do Estado, incremento nas exportações, redução dos custos operacionais das empresas, redução do volume de caminhões/cargas nas BR's. (Federal)
- Investimento na construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Serafim Bertaso e infraestrutura para internacionalização do aeroporto. Urgente necessidade de ampliar a infraestrutura operacional no aeroporto de Chapecó, ampliação do terminal de passageiros, construção do terminal de cargas aéreas. A mudança traria aumento nas operações e número de voos no aeroporto de Chapecó; novas linhas e companhias aéreas passariam a operar neste novo terminal de passageiros; incremento da economia regional. (Federal)
- Efetiva atuação no sentido de garantir os investimentos na geração e distribuição de energia elétrica em todo o País. Modernização do sistema de distribuição e geração de energia no Oeste de Santa Catarina. Ações e investimentos urgentes: antecipação da subestação de Pinhalzinho de conexão à rede básica para 2015, com as linhas de transmissão de alimentação e interligação; antecipação da subestação de Concórdia para o primeiro semestre de 2015, com a linha de transmissão de alimentação e as redes de distribuição em 23,1 KV; novo alimentador adicional da SE Pinhalzinho para a SE São Miguel do Oeste; novas opções de redes de transmissão interligando regiões e cidades do Extremo-oeste, dando opções com maior segurança para o abastecimento desta região; subestação de Maravilha, derivando de um dos alimentadores acima; definição urgente do local (região Sul da cidade de Chapecó) e montagem da subestação Chapecó III, com uma redistribuição das cargas entre as três subestações em Chapecó. Definir uma estratégia de ampliação do atendimento com rede trifásica nas propriedades da zona rural; a instalação de redes isoladas compactas em locais de preservação da mata nativa ou em locais de grande incidência de árvores, galhos e cascas na rede; a modernização e as adequações das redes de distribuição com a instalação de reguladores de tensão e relidadores de energia em locais estratégicos; as redes de distribuição expressas para setores prioritários, como parques tecnológicos, condomínios empresariais e distritos industriais; o planejamento do desenvolvimento industrial com a definição de áreas e estimativa de necessidade de demanda de energia e outras infraestruturas; e estabelecer legislação municipal com relação às distâncias de plantio/podas de árvores das redes de distribuição de energia. (Estadual/Federal)

2. Agricultura

- As entidades empresariais também querem o comprometimento do pré-candidato com o direito de propriedade dos produtores rurais, problemática que vem ameaçando famílias do campo, e com questões ambientais e

indígenas. Insegurança jurídica dos agricultores do Oeste de Santa Catarina quanto às demarcações de áreas indígenas; consolidação da legislação ambiental federal quanto às obrigações e direitos do uso das terras, reservas legais, nascentes de água, manejo e uso do solo e subsolo. (Federal/Estadual)

CONCÓRDIA

1. Infraestrutura

- BR 153 município de Concórdia – Vias marginais entre a SC 463 e a SC 461. Necessidade de criar vias marginais paralelas asfaltadas a fim de dar melhores condições de acesso às empresas já estabelecidas na BR 153 e as que venham utilizar novas áreas. Concórdia é altamente produtora e esta rodovia é uma via estratégica para o escoamento de produção. (Federal)
- Revitalização e implantação da terceira faixa na BR 283 (SC 283) entre Concórdia – Seara e Chapecó. O movimento nesta rodovia teve um incremento acentuado nestes últimos anos e, por consequência, não está atendendo a demanda do tráfego. (Estadual/Federal)
- Contorno Sul - Necessidade de construir um Contorno Viário Sul para escoar o trânsito de veículos pesados. (Estadual)
- Aumento da cobertura da telefonia celular no meio rural. Cobertura muito restrita a algumas comunidades. Sinal instável. (Estadual/Federal)
- Reforma/Ampliação das redes de distribuição de energia elétrica no meio rural. Quedas frequentes no fornecimento de energia elétrica. Oscilação na voltagem da energia nos pontos de consumo. (Estadual)

2. Saúde

- Credenciamento na área de oncologia pelo SUS. Atualmente os pacientes com câncer são encaminhados a Joaçaba. (Federal)

3. Educação

- Instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul. A região precisa oferecer mais oportunidades para que os jovens tenham acesso ao ensino superior gratuito (Federal)

PINHALZINHO

1. Trabalhista

- Revisão do salário mínimo regional e a sua transformação em um único piso (valor). Com os atuais valores, o Estado deixou de ser competitivo em alguns setores e fere o princípio da igualdade.
- Urgente Reforma Trabalhista na questão da idade para trabalho no setor de produção (redução de 18 para 16 anos). Para o manuseio de máquinas no setor produtivo aos 16 anos os jovens já têm a devida capacidade, bem como os tira da rua (drogas) e lhes dá dignidade pelo trabalho.
- Ampliação da jornada de trabalho para 48 horas semanais. Nosso país necessita produzir mais e os trabalhadores também querem ganhar mais (trabalha-se mais, produz-se mais, ganha-se mais).
- Salário desemprego somente ao trabalhador que fizer um curso profissionalizante, pelo menos por 90 dias, e que o valor do benefício seja de meio salário mínimo. Temos que acabar com a indústria do salário desemprego e realmente estender o benefício a quem necessita.

2. Educação

- Maior investimento em ensino profissionalizante. O jovem pode buscar o mercado de trabalho já com uma profissão.

3. Infraestrutura

- Realização da obra da ferrovia Oeste/Litoral (Ferrovia do Frango). Desenvolvimento da região por reduzir o custo com transporte (frete), bem como a segurança de todos os que trafegam pelas rodovias.
- Reforma geral e construção da terceira faixa na BR 282. Reforma que contemple o aumento do tráfego que a BR 282 já teve depois de ser projetada, proporcionando mais segurança e melhorando a infraestrutura de logística, principalmente na região Oeste de Santa Catarina.

4. Tributária

- Reforma Tributária ampla, com base nas propostas do MBE (Movimento Brasil Eficiente), ou seja: a) Simplificação e racionalização da estrutura tributária brasileira, referente aos impostos e contribuições diversas, reduzindo a quantidade e os custos de sua administração pelo contribuinte; b) Redução gradual da carga tributária ao longo da próxima década (até 2020), chegando a um patamar limite de 30% do PIB; c) Transparência total da cobrança dos tributos incidentes sobre a circulação econômica mediante a adoção de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que reúna todos os tributos incidentes de cobrança federal (Cofins e PIS) e federativos (ICMS e ISS), de modo que o contribuinte pague uma vez só e saiba que alíquota final está realmente pagando.

5. Diminuição da máquina pública, com redução de cargos comissionados, aumentando o poder de investimento do Estado/ País;

SÃO CARLOS

1. Segurança

Falta de efetivo policial (viaturas foram viabilizadas).

2. Infraestrutura

- Problemática com a energia elétrica (constantes quedas);
- Reforma da Rodovia SC 283 (trecho São Carlos-Chapecó).

SAUDADES

1. Saúde

- Auxílio à saúde e recursos do SUS para exames médicos para Saudades e região. (Estadual)

2. Infraestrutura

Asfalto com melhores condições de tráfego, pois na região as condições das estradas estão péssimas. (Federal / Estadual)

3. Segurança

Policiais treinados para desvendar roubos e assaltos. Melhores salários para estes profissionais a fim de motivá-los a prestarem melhores serviços. (Estadual)

4. Tributária

Redução dos impostos, pois acabam com as microempresas (Federal)

5. Educação

Aumento das vagas em faculdades e universidades públicas. Desta forma, muitos jovens de classes menos favorecidas também teriam condições de estudo. (Estadual / Federal)

SEARA**1. Infraestrutura**

- SC 283 - Recuperação /melhorias/ duplicação.
- Contorno viário - já iniciaram as obras, porém ainda não foram concluídas.
- Celesc - Atitudes urgentes. Continua muita queda e falta de energia. Fazer reestruturação geral.

2. Educação

- Investimento em cursos técnicos.

3. Saúde

- Equipamentos novos / especialistas - médicos na nossa cidade.

4. Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)

- Concordamos com a ideia de manter a descentralização, porém existem muitos cabides de emprego na SDR. Queremos menos gente e mais resultados.

4. Questão Pequeno Empresário

- Acelerar as Normas Regulamentadoras (NRs), pois os empresários ficam de mãos atadas em convenções coletivas feitas pelos sindicatos/empregados.

5. Trabalhista

- Jornada de trabalho de 44 horas e não de 40 horas, como os sindicatos do comércio estão querendo, pois muitas lojas terão dificuldade de se manter no comércio.

6. Tributária

- Baixar cargas tributárias.

VARGEÃO**1. Infraestrutura**

- Duplicação da BR 282. (Federal/Estadual)
- Ferrovia. Agilidade no transporte e baixo custo. (Federal/Estadual)

2. Segurança

- Mais policiamento. Em nosso estado o número de policiais está abaixo do necessário. (Estadual)

XANXERÊ**1. Infraestrutura**

- Homologação pela Anac do Aeroporto (Municipal/Federal)
- Conclusão da rede de esgoto para todo o centro de Xanxerê e bairros vizinhos. (Estadual)
- Construção de um centro de eventos. Xanxerê tem recebido diversos shows nacionais e internacionais e não possui um centro de eventos com capacidade para a demanda da população. Serviria ainda de incentivo à cultura. (Estadual)

- Pavimentação asfáltica para acesso às áreas rurais. Nossa cidade tem 65% do movimento econômico baseado na agricultura, com forte trânsito de veículos de cargas no interior do município. A pavimentação evitaria atrasos no abastecimento e danos às estradas de terra, além de melhorar a qualidade de vida.

2. Tributária

- Revisão da carga tributária. (Federal)

XAVANTINA

1. Infraestrutura

- Melhoria das rodovias com duplicação de alguns trechos para escoar melhor nossa produção agrícola. (Federal/Estadual)

2. Saúde

- Médicos especialistas em nosso município. Em muitos casos, precisamos nos deslocar para municípios maiores. (Federal)

3. Segurança

- Policiais atuando 24 horas, todos os dias da semana. Nos dias em que não há plantão policial, ficamos sem nenhum policial na cidade. Quando há alguma ocorrência, dependemos de deslocamentos de viaturas de municípios vizinhos. (Estadual).

4. Educação

- Aumento do número de cursos em universidades públicas no Oeste do Estado. Mais opção de vagas em universidades públicas, evitando o deslocamento de nossos estudantes para centros maiores. (Federal / Estadual)

5. Tributária

- Fim da substituição tributária. Os produtos que precisamos comprar de outros estados ficam com o preço mais elevado. (Estadual)

XAXIM

1. Infraestrutura

- Contorno viário. Ampliar área industrial. (Estadual)
- Duplicação da BR 282. É grande a quantidade de acidentes graves que acontecem nesse trecho. (Federal)

2. Segurança

- Aumento de efetivo. O número de policiais per capita é o menor do Estado. (Estadual)

3. Duplicação da BR 282

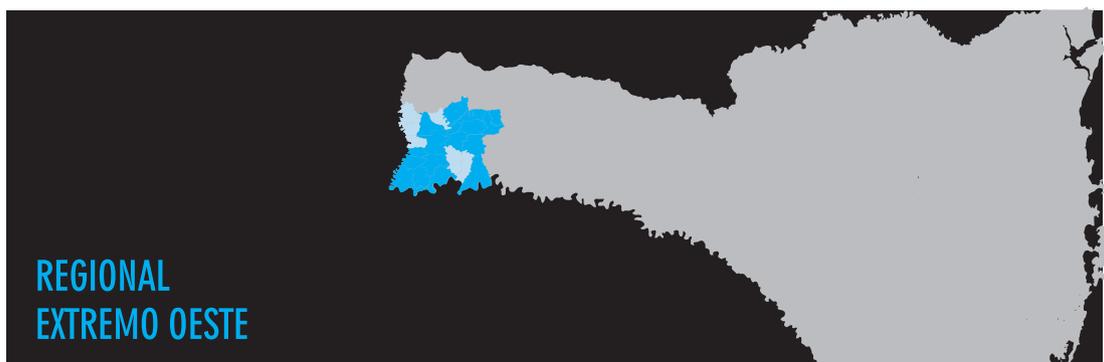
- Número absurdo de acidentes e saturação da capacidade de tráfego. (Federal)

4. Tributária

- Redução da carga tributária. (Federal)

5. Educação

- Implantação de cursos profissionalizantes. (Estadual)



CUNHA PORÃ

1. Infraestrutura

- Trevo BR 158 com 282.
- Duplicação BR 282 São Miguel a Chapecó.
- Trevo de acesso a Cunha Porã.
- Ponte do Rio Uruguai IRAI.

DESCANSO

1. Saúde

- Auxílio ao Hospital da Fundação Médica Hospitalar. O hospital atende somente as necessidades mínimas. Quando há necessidade de exames ou cirurgias as pessoas precisam se deslocar para outra cidade. Há apenas uma sala para cirurgias e em situações precárias. (Estadual)
- Maior apoio para cirurgias. Destinação de recursos para cirurgias especiais que necessitam de médicos de outros estados. (Estadual)

2. Tributária e econômica

- Apoio ao comércio (micro e pequenas empresas). Revisão na carga tributária, incentivos fiscais e melhores linhas de crédito com juros reduzidos. (Federal)

IPORÃ DO OESTE

1. Educação e cultura: Centro Empresarial

- Construção de Centro Empresarial com auditório para realização de eventos de maior porte no município.

2. Infraestrutura.

- Duplicação da BR 282: Duplicar a BR 282, rodovia federal que liga o Meio-Oeste com todas as regiões de Santa Catarina, nos termos de estudos já realizados e divulgados pela Facisc. (Federal)
- Ferrovia da Integração - Leste/Oeste. A Ferrovia da Integração Leste/Oeste ligará os extremos do Estado, sendo estratégica para a integração e o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina e do Brasil. Desde 2010 é debatida e defendida por toda a sociedade catarinense, considerando que em Santa Catarina nenhum projeto ferroviário foi incluído no Programa de Investimentos em Logística (PIL) e no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Desta forma, é necessária a inclusão da Ferrovia da Integração no PIL e no PAC das Concessões Ferroviárias Brasileiras ainda em 2014. (Federal)

- Contorno viário da Rodovia SC 386 a fim de desviar o tráfego pesado do centro da cidade de Iporã do Oeste. (Estadual)

3. Tributária

- Redução de encargos para pequenas e microempresas.
- Emissão de nota fiscal que gere imposto na origem do produto.
- Licenças ambientais. Mais agilidade para liberação das licenças ambientais (desburocratização), para que os empresários possam agilizar sua produção.

IRACEMINHA

1. Redução da carga tributária.
2. Iluminação da cidade de Iraceminha.
3. Construção do trevo da SC 161 para a BR 282.

ITAPIRANGA

1. Infraestrutura

- Federalização/revitalização da Rodovia SC 163 - Itapiranga a São Miguel do Oeste. Esta rodovia se encontra em péssimas condições, o que gera vários transtornos e perdas. Com a restrição de cargas pesadas na ponte que liga Palmitos (SC) e Iraí (RS), tem aumentado muito o tráfego de veículos pesados por esta rodovia, o que compromete mais ainda a sua estrutura. (Federal/Estadual)
- Anel Viário. O tráfego de caminhões pesados que em grande parte abastecem a JBS Foods – Seara passam todos pela avenida Uruguai (dentro da cidade), o que gera diversos transtornos. (Federal/Estadual)
- Ponte sobre o Rio Uruguai (Itapiranga SC – Barra do Guarira RS). Esta é uma reivindicação antiga e uma necessidade muito grande para o Sul do País. Com a possível federalização da SC 163 que está tramitando (Trecho Itapiranga a São Miguel do Oeste) e a conclusão do asfalto (Barra do Guarita a Tenente Portela -RS) prevista para ser concluída este ano, facilitaria e viabilizaria este importante projeto. (Federal)
- Asfalto da Fronteira (Linha Becker a Tunápolis). Esta também é uma reivindicação antiga. O movimento econômico é significativo e justifica sua execução. (Estadual)

MARAVILHA

1. Infraestrutura

- Construção de perimetrais na área industrial de Maravilha. É o único município, no trecho da BR-282 entre Chapecó e Dionísio Cerqueira, que ainda não possui as vias perimetrais, o que prejudica as empresas localizadas às margens da rodovia e diminui a segurança dos trabalhadores que trafegam diariamente na via. Além disso, o município possui somente um acesso asfaltado. (Federal)
- Duplicação da BR-282 e revitalização da rodovia devido ao intenso fluxo de veículos na via entre São Miguel do Oeste e Lages, sendo este o único acesso para escoamento da produção das regiões Extremo Oeste e Oeste do Estado. As vias atuais estão em péssimas condições, sendo necessária também sua revitalização, ressaltando que o trecho registra grande número de acidentes. (Federal)
- Construção da subestação de energia elétrica em Maravilha. O município vem sofrendo, nos últimos anos, com as constantes quedas de energia elétrica, o que impede a ampliação de empresas e a instalação de novos investimentos. O município já adquiriu a área de terra para construção da subestação, cabendo à Celesc a elaboração do projeto e execução da obra. (Estadual)
- Construção do contorno viário de Maravilha. O objetivo do contorno viário, dando continuidade à BR-158 (Cunha

Porã/Maravilha/Bom Jesus do Oeste), é desviar, principalmente, o fluxo de veículos pesados no perímetro urbano de Maravilha e ampliar a área industrial do município, com a possibilidade de novas áreas para as indústrias e residências. (Federal)

- Pavimentação asfáltica entre Maravilha e Bom Jesus do Oeste. Essa é uma das poucas ligações entre municípios do Estado que ainda não são asfaltadas. Sua necessidade se dá principalmente porque o trecho é utilizado por automóveis e veículos pesados que precisam se deslocar ao Paraná. (Estadual)

2. Tributária

- Criação de uma lei para que os impostos (ICMS) sejam recolhidos no município de origem do produto. Muitos municípios do Oeste e Extremo Oeste são grandes produtores e exportadores de produtos acabados, a exemplo dos frigoríficos. Em Maravilha, a maior parte da produção da Aurora (aves) destina-se ao mercado externo, entretanto, a maior fatia dos impostos arrecadados fica em Itajaí, cidade portuária. (Estadual)

MONDAÍ

1. Segurança

- Sede do corpo de bombeiros. Atender as ocorrências locais, pois depende de municípios vizinhos e demora no atendimento. (Estadual)

2. Infraestrutura

- Ponte na fronteira entre Palmitos (SC) e Iraí (RS). A interdição da ponte causa grande transtorno e encarecimento para a economia da região. (Federal)
- Duplicação da BR 282. É necessária para absorver o fluxo de veículos e escoar a produção, gerando maior desenvolvimento para a região. (Federal)
- Cobertura asfáltica da SC 283 Itapiranga/Mondaí. É necessária para absorver o fluxo de veículos e escoar a produção, gerando maior desenvolvimento para a região, que hoje ainda é de estrada de chão. (Estadual)

3. Educação

- Cursos técnicos. Formação e aperfeiçoamento de mão de obra. (Estadual)

4. Saúde

- Instalação de Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou Samu. Há grande distância a ser percorrida quando há necessidade de maiores recursos médicos e hospitalares. (Estadual)

PALMITOS

1. Infraestrutura

- Duplicação da BR 282, rodovia federal que liga o Extremo Oeste com todas as regiões de Santa Catarina. (Federal)
- Obras ferroviárias. Sugerimos que as obras das ferrovias sejam totalmente executadas, a fim de não ter nenhuma pendência nas obras inacabadas dos perímetros. (Estadual)
- Ampliação do Aeroporto Serafin Enoss Bertaso, de Chapecó (SC). Solicitamos a ampliação do aeroporto, pois até então foram efetuadas apenas melhorias obrigatórias. (Federal)
- Construção do Centro Empresarial com auditório para eventos de maior porte. (Estadual)

2. Agricultura

- Recursos para agricultura. Garantir recursos financeiros para programar e fortalecer o funcionamento voltado à agricultura mediante políticas de incentivo ao meio rural, objetivando suprimir o êxodo rural. (Estadual)

3. Educação, saúde e transporte

- Recursos para educação, saúde e transporte. Sugerimos maiores recursos voltados à educação, saúde e transportes escolares para a região. (Estadual)

SÃO MIGUEL DO OESTE

1. Tributária

- Reforma Tributária. Simplificar a burocracia no ambiente empresarial, com redução das normas, exigências e controles contábeis e fiscais que elevam o custo das empresas, seus produtos e serviços. Desonerar a produção e cobrar o consumo, diminuindo os gastos da indústria. (Federal / Estadual)

2. Infraestrutura

- Duplicação da BR 282. Duplicar a BR 282, rodovia federal que liga o Extremo Oeste com toda Santa Catarina, visando melhorar o escoamento da produção para as demais regiões do Estado, garantindo maior crescimento econômico. (Federal)
- Anel Viário. Implantar o Anel Viário, que circundará o município, passando pelos bairros Santa Rita, Jardim Peperi e próximo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), visando impulsionar o crescimento e desenvolvimento do município. (Estadual)
- Aduana. Criar e implantar a aduana binacional no município de Paraíso, iniciando com a construção da ponte internacional na fronteira com a Argentina, tendo em vista que a estrutura atual não terá condições de atender o fluxo de veículos que passará pela rota bioceânica. (Estadual)
- Ferrovia da Integração. Criar e implantar a Ferrovia de Integração Leste/Oeste e Norte/Sul, ligando os extremos do Estado, que deverá partir da Aduana de Paraíso, passando por São Miguel do Oeste, como estratégia para a integração e o desenvolvimento econômico e social de toda Santa Catarina. (Federal)
- Transporte aéreo - Efetivar melhorias no aeroporto Hélio Wassun, incentivando a criação de linhas aéreas, principalmente São Miguel do Oeste /Florianópolis, tendo em vista que toda a região Oeste depende somente do aeroporto de Chapecó. (Federal)

3. Educação

- Universidade Federal Fronteira Sul. Implantação do campus da Universidade Federal Fronteira Sul, trazendo para São Miguel do Oeste uma universidade popular, com cursos gratuitos e de qualidade. (Federal)

4. Segurança

- Não aprovação da PEC 51. O foco da PEC 51 é a desmilitarização das polícias militares do Brasil, o que representa a sua extinção, e da criação de órgãos ainda mais poderosos de fiscalização da atividade policial, com poderes praticamente ilimitados e subordinados ao poder político. Essa PEC jogará a segurança pública do Brasil no caos e transformará a carreira policial em pura burocracia e perseguição política, além de enfraquecer o sistema policial ao limite da inutilidade. Também defendemos a criação da polícia militar de fronteira equipada com aeronaves e radar de observação. (Federal)
- Criação e implantação de um centro de internamento para menores infratores na região, tendo em vista a falta de vagas nos estabelecimentos de todo o Estado, fazendo com que esses delinquentes acabem por serem soltos, voltando a cometer os mesmos crimes em nossa sociedade. (Federal)
- Presídio regional - Entendemos que a região comporta um presídio regional, uma vez que nossos detentos são remanejados para outros centros, dificultando, inclusive, visita das famílias e acarretando, muitas vezes, despesas ao próprio município com o deslocamento. Ou, ainda, na pior das hipóteses, acabam retornando à sociedade para novas reincidências criminais. (Federal/Estadual)

5. Tributária

- Não aprovação da PEC 231/95. A efetiva diminuição da jornada de trabalho (de 44 para 40 horas semanais) no

ramo industrial prejudicaria o setor produtivo, pois impactaria diretamente na competitividade, com prejuízos para micros e pequenas empresas, que não teriam como arcar com o aumento de custos em razão da redução da jornada. (Federal)

6. Saúde

- Hospital Regional. Equipar o Hospital Regional Terezinha Gaio Basso com equipamentos de ponta, trazendo para a população do Extremo Oeste a possibilidade de realizar exames mais complexos, bem como incluir área de quimioterapia, hemodiálise e uma UTI Neonatal. (Federal/Estadual)

7. Mercosul

- Fortalecer e consolidar o Mercosul com a finalidade de simplificar os trâmites alfandegários e de fluxo de pessoas para compras e turismo, a exemplo do que ocorre na Zona do Euro. (Federal/Estadual)

8. Políticas de incentivo

- Estudo de viabilidade de implantação de fontes alternativas de energias renováveis, principalmente para as agroindústrias, como a energia de biomassa e a fonte de vapor. (Federal/Estadual)

9. Áreas indígenas

- A região de Cunha Porã e Saudades foram muito abaladas com a demarcação de áreas indígenas em uma das localidades de maior produtividade agrícola do município. Foram desapropriados 1700 trabalhadores para a colocação de 77 pessoas de origem indígena, o que nos remete a pensar que a região do Extremo Oeste está correndo riscos de decisões da Funai idênticas. Já temos informações extraoficiais de que a próxima demarcação da Funai será em Maravilha e Guaraciaba, por isso solicitamos medidas legais para frear essa avalanche de desapropriações que ocorre no país todo. (Federal)



CAMPO ERÊ

1. Infraestrutura

- Execução das obras de engenharia da primeira etapa do contorno urbano do município de Campo Erê, ligando a rodovia SC 473 à rodovia PR 180.
- Necessidade de investimentos no setor elétrico, especialmente na subestação de energia já planejada para implantação em Campo Erê.

DIONÍSIO CERQUEIRA, BARRAÇÃO E BOM JESUS DO SUL

1. Infraestrutura

- Inclusão do trecho da Rodovia 163 que liga Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, a Capanema, no Paraná. A Rodovia 163 no trecho entre Chapecó e Dionísio Cerqueira está sendo reestruturada. No entanto, o trecho da BR que liga os municípios de Capanema a Dionísio Cerqueira, uma das principais rotas de escoamento de grãos do País, continua apenas com projetos para “reparos”. Sendo que a rodovia neste trecho está intransitável. (Federal)
- Funcionamento adequado da Aduana Integrada de Cargas, de Dionísio Cerqueira. A ACI Cargas de Dionísio Cerqueira foi reinaugurada recentemente. Sua construção custou aos cofres públicos cerca de 11 milhões de reais. Porém, após o término da reforma, os empresários do setor reclamaram que os trâmites de exportação e importação estão sendo feitos, em maioria absoluta, pelos Portos do Paraná e Rio Grande do Sul, pois entraves burocráticos deixam caminhões nas filas por mais de 10 dias. (Federal)

2. Segurança

- Maior número de efetivo nas polícias civil, militar e federal das cidades gêmeas. Por ser uma área de fronteira seca entre dois países e dois estados, o efetivo atual não consegue atender toda a demanda. (Federal)

QUILOMBO

1. Tributária

- Fim da abusiva carga tributária. Fim do uso indiscriminado e abusivo da substituição tributária. Precisamos de uma política mais simples e eficiente. (Estadual/Federal)

2. Infraestrutura

- Investimentos para melhorar a competitividade e o desenvolvimento regional. (Estadual)

3. Logística

- Apoio à logística e redução do custo de operação do Estado para que o comércio possa investir mais, inovar, melhorando a competitividade e o comércio em geral. (Estadual)

4. Educação

- Política educacional pública. A política educacional pública deve cumprir seu papel na preparação das pessoas, contribuindo para a prosperidade econômica e social do País. (Estadual/Federal)

SÃO JOSÉ DO CEDRO**1. Infraestrutura**

- Agilização nas reformas e ampliação da BR 163 - trecho São Miguel do Oeste a Dionísio Cerqueira.
- Melhoras das condições e segurança da BR 163 enquanto são feitas as reformas.

2. Tributária

- Simplificação da legislação do ICMS.
- Receita Federal deve atender ligações na parte da tarde também, melhorando o atendimento, inclusive por e-mail, principalmente aos contabilistas.
- Baixar as tarifas dos cartões de crédito.
- Excluir os optantes do Simples.
- Voltar parte dos impostos pagos pela indústria para a mesma aplicar na compra de equipamentos; investimento em modernização do parque industrial.
- Tirar a Rodovia do Frango do papel e colocar nos trilhos com urgência.

3. Gestão

- Voltar o expediente normal nas repartições públicas.
- Voltar o atendimento por telefone para a sede dos escritórios dos órgãos públicos e não para as centrais, como está hoje. Ex. Celesc, Epagri e outros.
- Mudar os critérios e normas da fiscalização estadual pela Secretaria de Estado da Fazenda da chamada "Operação Concorrência Legal", incluindo os microempreendedores.

SÃO LOURENÇO DO OESTE**1. Infraestrutura**

- Revitalização da SC 473 que liga São Lourenço a Campo Erê. A SC 473 é de suma importância para a região, pois liga o Paraná com o Extremo Oeste Catarinense, além de ter um papel importante durante a escoação na safra de grãos. (Estadual)
- Contorno Viário Norte. Obra de suma importância, pois diminuirá o fluxo de caminhões pelo centro da cidade, além de fazer a interligação entre a SC 480 e PR 158, facilitando o tráfego de caminhões que vem do Paraná sentido oeste e litoral catarinense. (Estadual)
- Agilizar a construção da Ferrovia do Frango. A ferrovia tem um papel importante para a economia do Oeste, com grande participação da agroindústria, a qual não tem conseguido competir de igual para igual com outros estados devido à falta de infraestrutura de rodovias e encarecimento do transporte rodoviário. (Estadual)
- Corredor sanitário. Por estar localizado em um ponto estratégico no Estado, o corredor sanitário em São

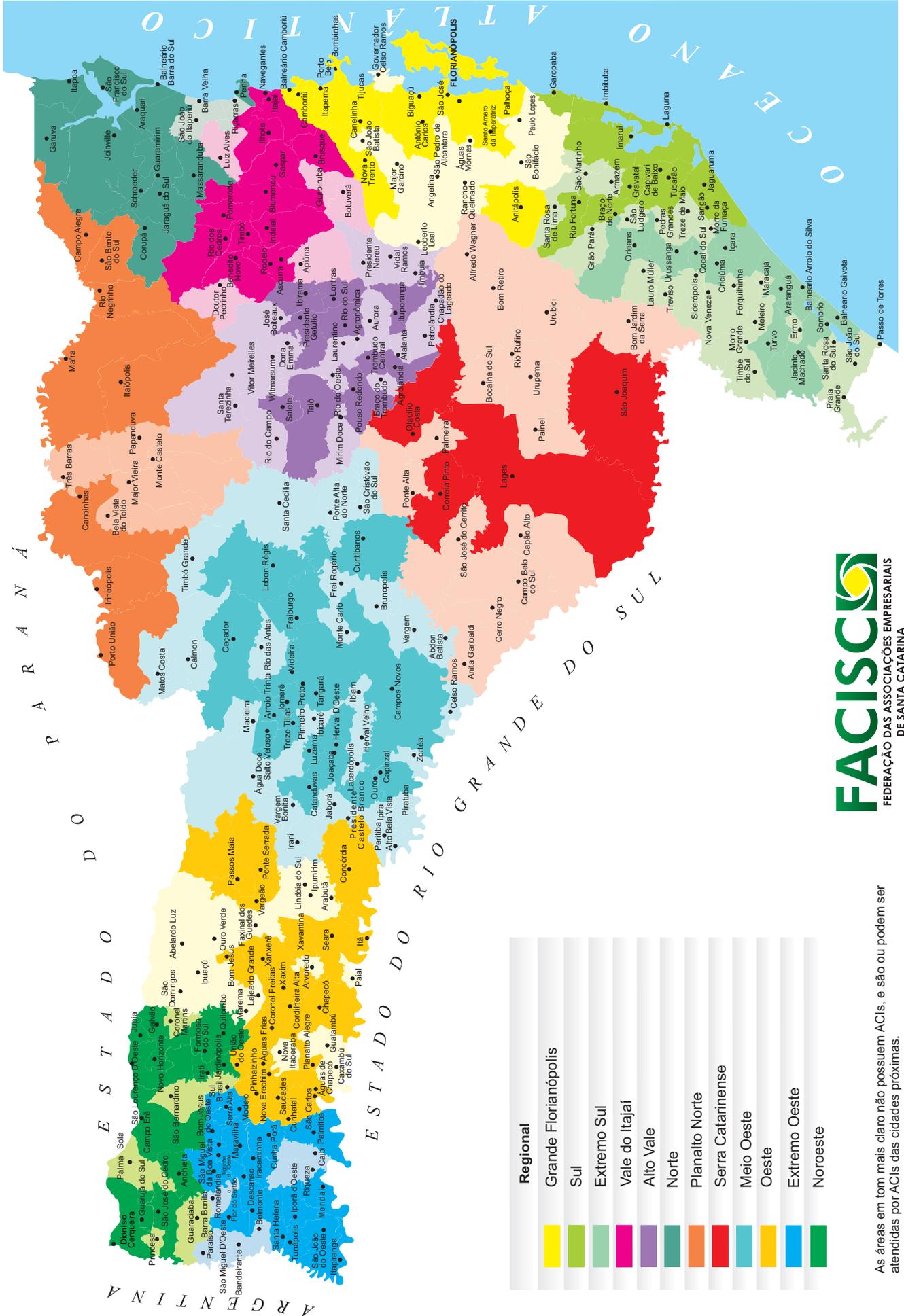
Lourenço do Oeste facilita a entrada de produtos de origem animal em Santa Catarina, beneficiando várias empresas do Noroeste. (Estadual)

2. Segurança

- Implantação do Centro de Internamento Provisório (CIP) para menores infratores. A implantação de um CIP em São Lourenço é essencial, tendo em vista o grande número de menores infratores no município e região. Como São Lourenço já oferece lugar, faltaria apenas a readequação para comportar os menores. (Estadual)
- Transformar o pelotão de polícia militar em companhia especial. Com o constante aumento de furtos em São Lourenço, a elevação de pelotão para companhia especial se faz necessária para que haja um real aumento no efetivo de policiais, aumentando rondas e vigilâncias nas ruas. (Estadual)

3. Tributário

- Redução da carga tributária. Revisar e readequar a carga tributária do País, promovendo ajustes que beneficiem a classe empresarial. (Federal)



FACISCO
 FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
 DE SANTA CATARINA

Regional
Grande Florianópolis
Sul
Extremo Sul
Vale do Itajaí
Alto Vale
Norte
Planalto Norte
Serra Catarinense
Meio Oeste
Oeste
Extremo Oeste
Noroeste

As áreas em tom mais claro não possuem ACIs, e são ou podem ser atendidas por ACIs das cidades próximas.



FACISC 
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
DE SANTA CATARINA

Rua Crispim Mira, 319 – Centro
Florianópolis - SC
CEP 88020-540
tel 48 3952.8844
www.facisc.org.br

